

The background is a vibrant yellow. In the center, a group of stylized human figures in various colors (blue, pink, yellow, red) are holding hands in a circular formation. Surrounding this central group are numerous stylized trees with green foliage and red trunks. Scattered throughout the scene are several small, colorful houses in shades of blue, red, and grey. The overall composition is balanced and colorful, representing a community or neighborhood.

PARTICIPAÇÃO POPULAR SOBRE OS VAZIOS URBANOS

ANÁLISE DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO POPULAR SOBRE OS VAZIOS URBANOS:
Análise de Tecnologias da Informação e Comunicação

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriel da Rosa Cioccarì
Acadêmico

Paolo Colosso
Orientador

Julho, 2023

AGRADECIMENTOS

É com o coração cheio que inicio este trabalho agradecendo a pessoas tão importantes na minha vida. Considero aqui uma das partes mais importantes do meu trabalho.

Agradeço à minha estrela do norte, Julieta. Mãe, nada disso seria possível sem seu apoio infinito. Obrigado por acreditar em mim.

Agradeço aos meus irmãos pelo apoio: Taise, minha irmã que é uma ventania, e agora é uma mãe incrível. Ao meu irmão Gino Cezar, de quem tanto me orgulho como pai e ser humano, e ao meu irmão Gregorio, o camaleão da família, um exemplo de resiliência que levo para a vida. Aproveito para agradecer a três corações que carrego fora do peito: Lorenzo, Lívia e Joaquim, meus sobrinhos.

Um obrigado especial para o meu namorado, Rafael, pela paciência durante esse processo e por me dar apoio e fazer companhia incontáveis vezes. Prometo te pagar uma coquinha.

Obrigado ao meu cunhado, Leonardo, que me acompanhou nessa trajetória.

Aos meus amigos que fiz nesse mundo maluco da internet, Eduarda, Gabriel Walter e Raquel, pelos anos de conversas bobas (às vezes nem tanto).

E por falar em amigos, deixo minha gratidão aqui à Isadora e à Lara, de quem precisei me despedir para adentrar no meio acadêmico, vocês me ensinaram a controlar um sentimento doido chamado saudade.

Agradeço à Deysi, minha prima e madrinha, por sempre me alimentar com livros. Deixo aqui também um agradecimento à Tia Valdez, que nunca esqueceu dos meus aniversários e que sei que torcia por mim, e hoje é uma das estrelas mais bonitas lá no céu.

Obrigado ao Luis Valdez, meu padrasto, que se transformou em uma figura paterna para mim.

Deixo um agradecimento também ao Julio Cezar, meu pai, quem provavelmente ficaria feliz de saber que consegui terminar essa etapa.

Agradeço à Renata, minha psicóloga, por estar há tanto tempo me ajudando tanto.

Agradeço à Redora, por todo o aprendizado que venho ganhando e pela paciência nesse período do meu trabalho de conclusão.

Um obrigado ao meu orientador, Paolo Colosso, por ter aceitado me orientar, e às Professoras Marina Siqueira e Adriana Rossetto por terem dado dicas tão valiosas na minha pré-banca.

Aos arquitetos que virão, espero que este trabalho seja de grande utilidade, e que nos seus caminhos acadêmicos vocês consigam encontrar Franciéis, Jéssicas, Lauras e Rafaéis, eu prometo que vocês não vão se arrepender e vão se sentir gratos por encontrarem eles, assim como eu me sinto.

É provável que eu tenha esquecido de alguém, mas fica aqui meu muito obrigado.

ÍNDICE

PARTE 00

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
JUSTIFICATIVA.....	9
OBJETIVOS GERAIS.....	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
METODOLOGIA.....	11
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	12

PARTE 01

PARTE 01.....	13
01.1 VAZIOS URBANOS E NECESSIDADES SOCIAIS.....	14
01.2 UM OLHAR SOBRE AS RAÍZES DOS VAZIOS URBANOS NO BRASIL: A LEI DE TERRAS E A SUA INFLUÊNCIA.....	20
01.3 UMA NOVA GERAÇÃO DE TECNO- LOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICA- ÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE DADOS.....	22
01.4 CÉREBRO COLETIVO.....	26

PARTE 02

PARTE 02.....	29
02.1 ANÁLISE DE CASOS DE PLATAFOR- MAS COOPERATIVAS DE DADOS.....	30
02.1.1 Decidim Barcelona.....	30
02.1.2 O Caso de Canoas.....	34
02.1.3 Living Lots NYC.....	40
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

APRESENTAÇÃO



INTRODUÇÃO

As disputas pelo acesso à terra urbanizada são questões históricas e estruturais profundamente enraizadas em nossas cidades, com uma história e estrutura complexas. O processo de construção de uma cidade não é contínuo, os pontos que ligam os bairros e formam os municípios têm entre eles o que se conhece por vazios urbanos, dispersos e fragmentados territorialmente, regidos essencialmente pelo mercado especulativo. Essa retenção de terra é um dos principais pilares da origem dos vazios urbanos, frutos de uma ideia de algo que pode acontecer, a valorização do lote. No que diz respeito aos terrenos públicos, espera-se uma iniciativa que seja contrária à existência desses vazios (SILVA, 2017), porém, depara-se também com a ausência de atuação do Estado e muitas vezes, um comportamento similar com o do mercado imobiliário, que ignora os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Concomitantemente, cada vez mais é visto o crescimento mundial da conectividade tecnológica incorporado pelas populações e a adoção das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), com o uso dessas ferramentas para aumentar o engajamento social sobre as políticas urbanas. Essa conectividade, quando integrada a uma gestão municipal bem estruturada e interessada em incluir a população nas tomadas de decisões, proporciona aos cidadãos uma maior compreensão da cidade em que vivem. A integração dessas pessoas na gestão e planejamento aumenta a transparência das instituições e fortalece sua autonomia, fornecendo-lhes mais informações para a tomada de decisões e a criação de conteúdo próprio (SIMÃO, 2019).

É nesse cruzamento de ideias, entre a temática dos vazios urbanos e das possibilidades do uso das TICs aplicadas à participação popular, que se encontra o escopo do presente estudo. Em torno desse contexto, acrescentam-se elementos fundamentais a serem considerados às deliberações do trabalho, como o mapeamento de iniciativas envolvendo plataformas digitais, a sociedade civil e os agentes públicos responsáveis pela administração de cidades, como a sociedade convive com essa democracia (ciberdemocracia) e esse espaço (ciberespaço) e com as disparidades na inclusão digital.

Nesse sentido, este trabalho tem como ponto de partida uma apresentação teórica sobre a amplitude do conceito de vazio urbano, a visão sobre esses espaços e as suas contribuições nos dias atuais, além de apresentar legislações e marcos de extrema relevância na discussão da questão. Em seguida, discute-se sobre como a nova geração, com o uso de TICs em conjunto com uma democracia participativa, podem incentivar processos coletivos entre a sociedade civil e a esfera pública. Para evidenciar essas possibilidades, são mapeadas duas iniciativas envolvendo democracia digital aplicada à gestão do governo de duas cidades, uma em Canoas, na região



metropolitana de Porto Alegre, no Brasil, e outra em Barcelona, na Espanha.*

Após isso, analisa-se qualitativamente uma plataforma comunitária voltada ao acesso a vazios urbanos em Nova York, que facilita a interação entre os residentes e fornece informações e recursos necessários para que a comunidade participe ativamente na construção do espaço urbano.

Por fim, é feita uma síntese dessas iniciativas com considerações, análises e discussões, a partir do que foi debatido na primeira parte do trabalho. Com isso, um plano conceitual será traçado com instruções para a construção de uma plataforma colaborativa para mapeamento de vazios urbanos.

* A análise das iniciativas foi conduzida em conjunto com uma colega, Jéssica Delfino Cunha, sob a orientação do Professor Paolo Colosso, durante o período de 2021 a 2022. A pesquisa intitulada “**Cidades Inteligentes: Inovações Tecnológicas e Participação Social em Políticas Públicas Municipais**” foi realizada pelo programa **CNPQ/PIBIC**. Para este trabalho em questão, foram atualizadas as informações e reorganizado o conteúdo dos trabalhos originais. Além disso, foram feitas adaptações, incluindo uma nova análise de plataforma, que é o foco principal deste estudo.



JUSTIFICATIVA

A partir da necessidade de compreender e buscar os usos dos vazios urbanos e procurar meios de acesso à essas terras, com enfoque nas que pertencem ao Estado, por meio da participação popular, do Estado e com os usos das TICs, defende-se a relevância do debate sobre as oportunidades desses espaços dispersos na malha urbana, subutilizados e que elevam a retenção especulativa da terra, com uma argumentação baseada sobretudo em legislações como o Estatuto da Cidade.

Através da Declaração do Milênio, realizada em setembro de 2000, a ONU exalta a importância da propagação das TICs e declara que cada país-membro deve “Velar por que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, de acordo com as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Econômico e Social de 2000”. Essa relevância da conectividade à internet para a promoção de direitos humanos também é reconhecida no Brasil através do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que reconheceu direito de acesso à internet a todos dentro os objetivos do uso da internet no Brasil*.

Porém, mesmo com os marcos e referências disponibilizados por órgãos Municipais, Estaduais e Internacionais, são inúmeros os percalços apresentados tanto na democratização da internet quanto na questão da existência dos vazios urbanos nas cidades.

O presente estudo explora as especificidades dos vazios urbanos e de suas definições, sob a perspectiva deste trabalho, e do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação por gestores públicos e cidadãos engajados no âmbito municipal, de modo a delinear uma linha condutora para uma melhor compreensão e execução de ferramentas inovadoras para a promoção da participação e da inclusão popular.

De forma complementar, a inclusão da população por iniciativa de gestões municipais são exploradas através do mapeamento de duas iniciativas governamentais e de suas especificidades, para, no fim, usar desses fatores e parâmetros para uma análise em conjunto com a plataforma analisada no final deste trabalho, de forma que sejam visualizadas as diretrizes para uma iniciativa efetiva em políticas eficientes para uma cidade com maior participação popular sobre vazios urbanos.

* Artigo 4º, inciso I, do Marco Civil da Internet.



OBJETIVOS

Objetivo geral

Com base nas observações sobre os vazios urbanos e a compreensão de análises qualitativas de ferramentas que integram as TICs de forma participativa com os cidadãos, julga-se necessário traçar estratégias que ampliem as oportunidades das quais a população pode desfrutar, com o acesso a informações e incentivando o engajamento desses cidadãos na tomada de decisões e na dinâmica da cidade sobre os vazios urbanos.

Este trabalho tem ênfase na última plataforma analisada, a qual tem uma forma clara de união entre os vazios urbanos e as TICs, e por meio dessa análise e de outras duas plataformas, procura-se identificar referências para que se alcance diferentes metas em benefício das comunidades para o uso dos vazios urbanos.

Objetivos específicos

- Evidenciar e problematizar o conceito dos vazios urbanos dentro da terra urbanizada;
- Apresentar a importância das Tecnologias da Informação e da Comunicação e mapear iniciativas de plataformas que unam suas tecnologias com o engajamento popular;
- Identificar a importância da transparência de dados para a gestão democrática;
- Identificar falhas e acertos nas plataformas analisadas;
- Apontar instruções possíveis para a construção de uma plataforma colaborativa de dados sobre vazios urbanos.



METODOLOGIA

A fim de cumprir os objetivos estabelecidos, será realizada uma pesquisa exploratória e descritiva.

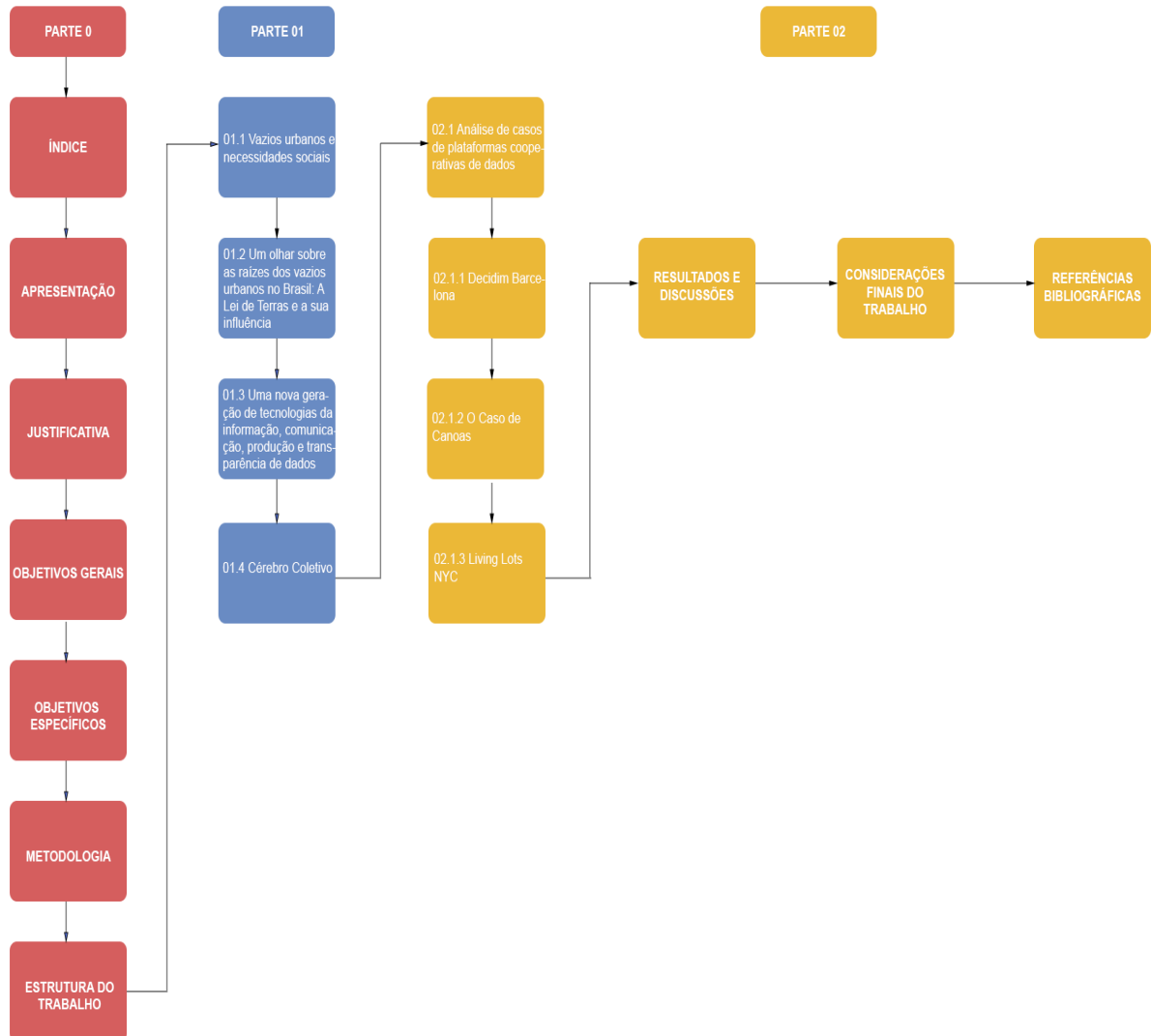
Segundo Gil (2012) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41).

A primeira parte deste estudo é conduzida uma revisão bibliográfica para a análise da amplitude do conceito de vazio urbano, reconsiderando perspectivas e destacando seus desafios na cidade urbanizada. Serão apresentadas legislações e marcos de extrema relevância que moldam a discussão em torno dessa questão e, em seguida, será explorado como a sociedade pode desempenhar um papel fundamental utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em conjunto com uma abordagem democrática e participativa, para incentivar processos coletivos entre a sociedade civil e a esfera pública.

Na segunda parte desta pesquisa, para ilustrar essas possibilidades, serão analisadas de forma qualitativa e comparativa duas iniciativas envolvendo a aplicação da democracia digital na gestão governamental em duas cidades: Canoas, no Brasil, e Barcelona, na Espanha. Por último, é realizada uma análise qualitativa de uma plataforma comunitária que tem como objetivo o acesso aos vazios urbanos em Nova York fazendo o uso de TICs. O intuito dessa análise é identificar o funcionamento desta plataforma, para, no final, analisar qualitativamente e comparativamente com as outras plataformas analisadas e traçar instruções para a construção de uma plataforma de mapeamento de vazios urbanos.



ESTRUTURA DO TRABALHO



PARTE 01



01.1 VAZIOS URBANOS E NECESSIDADES SOCIAIS

“(...) o caso de certo formoso queijo com buracos no qual, ainda que os buracos não alimentem, eles são indispensáveis para a total definição das suas características. (...) o espaço que se deixa é tão importante como o espaço que se preenche.” (SOUSA, C. p. 1 apud TÁVORA, 1962).

A compreensão de "vazio urbano" abrange uma variedade de espaços, e está associado a diversos significados, como *terrain vague*, *friches urbaines*, *wastelands*, *derolict lands*, *tierras vacantes* (BORDE, 2006). O amplo conceito que envolve espaços sem uso não está preso a uma definição em específico, mas sim a um complexo labirinto onde surgem conceitos, ideias e diferentes termos, como vazios urbanos, terrenos ociosos e terrenos vagos, usados neste trabalho, focado na importância de compreender a dupla condição: vazio e urbano (BORDE, 2006).

Neste sentido, esses vazios urbanos* estão inseridos em um espaço urbano capitalista, caracterizado por Roberto Lobato Corrêa, como “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 1989, p. 11). Santos (1997) também caracteriza o espaço como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Esses espaços surgem como um resultado das transformações nos processos de produção e consumo das cidades, e são atribuídas a fatores como evolução econômica, processos de gentrificação, ciclos imobiliários e especulação, mudanças nas dinâmicas sociais e demográficas e diversos outros fatores. Conforme as revoluções urbanas acontecem, diferentes espaços urbanos ganham ou perdem importância (SOUSA, 2010). A compreensão desses processos históricos atrelados ao processo de modernização são relevantes ao analisar o processo de mudança do desenho das cidades conforme a sociedade contemporânea muda.

É de extrema importância averiguar esse desenho da cidade, com enfoque no espaço público, os quais podem configurar como indicadores do bem-estar da sociedade (SOUSA, 2010), avaliando principalmente a quantidade de interações sociais e suas intensidades, bem como a diversidade presente no espaço público.

* Para este trabalho, será utilizado “vazios urbanos” como as áreas não utilizadas no contexto urbano.



"Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros "vazios", menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra." (PORTAS, 2000, p. 1)

As interpretações dadas ao surgimento e permanência de vazios urbanos estão conectadas a espaços focos de marginalização, desvalorização (e supervalorização) imobiliária, risco para saúde pública, entre outras definições. No entanto, são espaços importantes para o equilíbrio da cidade, uma vez que incorporam funções sociais e urbanas (SOUSA, 2010 apud. MORGANA, 2005). Ao estabelecer relações com o contexto urbano, esse "outro lugar" desempenha um papel fundamental na formação de uma "outra cidade" (BORDE, 2006). Esses espaços contribuem para a formação de uma cidade distinta, pois desempenham funções sociais e urbanas ao estabelecerem relações com o contexto urbano.

Entende-se, contudo, que a definição de vazios urbanos* está mais atrelada ao seu uso do que a sua ocupação. Sousa (2010) explica que o termo foi adotado inicialmente para descrever espaços relacionados principalmente à terceirização, como zonas industriais abandonadas, ferrovias desativadas e edifícios abandonados. Para isso, a autora estrutura a ideia de vazios urbanos em três universos conceituais: o universo construído, o universo econômico e o universo social.

TABELA 1 - UNIVERSOS CONCEITUAIS DOS VAZIOS URBANOS

O Universo Construído	Vazios Urbanos: a ausência da construção em determinadas áreas pode ser considerada como um vazio da/na cidade, a problemática mais comum e imediata. Entretanto, há uma controvérsia em relação à classificação desses espaços como vazios urbanos, limitando-se apenas aos espaços degradados, não qualificados e residuais, uma abordagem negativa do vazio urbano. Surge a questão: os "cheios inúteis" também não podem ser considerados vazios urbanos na cidade? Fala-se, em alguns lugares, da necessidade de criar vazios na cidade que se constituam como espaços públicos, como se fosse preciso um "vazio necessário" para a cidade.
-----------------------	---

* Para este trabalho, será utilizado "vazios urbanos" como as áreas não utilizadas no contexto urbano.



O Universo Econômico	Vazios Industriais: cidades predominantemente voltadas para atividades terciárias e industriais frequentemente passam por transformações em seu uso, o que resulta no surgimento dos vazios urbanos anteriormente ocupados por ferrovias, fábricas e portos. Esses espaços vazios abrangem grandes extensões de infraestruturas e edificações. Sua condição está relacionada diretamente ao seu uso anterior, ou no quadro atual, à falta de uso.
O Universo Social	Vazios demográficos: áreas urbanas que antes eram densamente construídas e povoadas experimentam uma redução populacional devido a diversos fatores, como a substituição do perfil demográfico. Esse declínio na ocupação resulta no surgimento dos vazios demográficos, caracterizados pelo abandono e deterioração das construções e do tecido urbano.

Fonte: Sousa, 2010. p.59.

Uma abordagem que procura alcançar uma maior harmonia entre o ambiente construído e os espaços abertos é considerar os vazios urbanos como elementos integrantes da cidade e explorar seu potencial para promover interações sociais, participações populares e melhorar a qualidade de vida de quem tem contato com esses lugares. Os vazios urbanos podem surgir como áreas de respiro, onde as pessoas têm a oportunidade de se desconectar do ambiente construído e se conectar com espaços abertos, facilitando a interação entre diversos grupos sociais. São lugares que potenciam e modificam a cidade (SOUSA, 2010) e proporcionam um ambiente propício para que as pessoas se encontrem, socializem e desfrutem de um espaço mais amplo e natural. Ao reconhecer e valorizar esses vazios urbanos, é possível criar uma cidade mais inclusiva, que promova o bem-estar e a coesão social.

Como lembra SOUSA (2010), os vazios urbanos não são necessariamente um problema irreversível, pelo contrário, suas características são potenciadoras e modificadoras das cidades. Pelo seguinte:

- **A adaptabilidade:** são elementos com grande flexibilidade, podem contribuir na satisfação de funções diversas
- **A estrutura:** são elementos que proporcionam novas estruturações através de redes de hipóteses, avaliadas em conjunto, e que se transformam em agentes impulsionadores e reformadores da cidade, com a oportunidade para a criação e alteração do ambiente urbano e da organização coletiva do espaço

Assim, ainda segundo Sousa (2010), a viabilização de projetos urbanos desses vazios, é possível ter, por exemplo:

- **Um caráter efêmero, temporário ou não:** Um vazio urbano é uma área



disponível que oferece a oportunidade de criar elementos com funções transitórias ou permanentes, levando em consideração a questão da estabilidade. Esses espaços podem ser utilizados para desenvolver estruturas que atendam a necessidades temporárias ou permanentes, considerando a estabilidade e durabilidade dessas intervenções.

- **Um caráter contemporâneo/atual:** Os vazios urbanos representam elementos de oportunidade que viabilizam a reinvenção das cidades e a requalificação física e social das mesmas. São lugares que oferecem a possibilidade de intervenções que permitem revitalizar e transformar a cidade, tanto em termos de sua estrutura física quanto social. Eles constituem uma oportunidade para repensar e revitalizar áreas urbanas, que promovam melhorias significativas em sua funcionalidade e qualidade de vida.

Apesar da presença significativa de terrenos vazios de propriedade privada, que pertencem a grandes empresas ou até mesmo ordens religiosas, os vazios urbanos mais valorizados são aqueles que estão sob posse do Estado. Isso significa que o Estado desempenha um papel fundamental na criação e manutenção desses locais. No entanto, da mesma forma, o Estado poderia desempenhar um papel importante na prevenção da formação de novos vazios e na busca de soluções mais justas para as situações existentes de espaços vazios urbanos. (BORDE, 2004, p. 7 e 8). As potencialidades envolvidas nos usos e funções desses vazios urbanos surgem como uma potencialidade positiva para a renovação do espaço e da comunidade envolvida no entorno desse espaço, porém, cabe às autoridades uma abordagem estratégica para essa reestruturação no tecido urbano metropolitano, pois, como coloca Portas (2000, p. 03), essa dinâmica de transformação dos vazios pode ter efeitos perversos.

O estudo dessa questão contribui para a compreensão da realidade das comunidades em bairros periféricos e dos vazios urbanos que são negligenciados pelo poder público em regiões que carecem de espaços urbanos de qualidade. Essa situação indica a falta de planejamento para reintegrar os vazios urbanos à dinâmica socioespacial. Como resultado, em vez do crescimento ocorrer em áreas urbanas, ele se concentra em regiões periféricas, gerando os vazios na cidade e bolsões urbanos desconectados. (ALVES, 2021).

A discussão que permeia este estudo é enraizada nas estratégias dos agentes produtores do espaço, com enfoque no papel do poder público, no que diz respeito às possibilidades desses vazios. Para Silva (2017, p. 64) "Os vazios urbanos podem ter um caráter positivo. Como reserva (pública) de terrenos, podem permitir a renovação urbana no futuro", entretanto, o autor chama atenção para o fato de que essa retenção de terra urbana não permite que a cidade se renove.

A principal razão para a existência de espaços urbanos vazios é frequentemente atribuída ao interesse na valorização dessas áreas devido aos investimentos



públicos e privados, que resultam em vantagens de localização. Esse é o processo de especulação imobiliária, onde os proprietários dos terrenos urbanos retêm a terra na espera de uma maior valorização e, por consequência, obtêm maiores lucros. A principal razão para a existência de espaços urbanos vazios é frequentemente atribuída ao interesse na valorização dessas áreas devido aos investimentos públicos e privados, que resultam em vantagens de localização.

Para Silva (2017), esse processo de retenção de terra é uma das causas do espalhamento urbano, com a migração dos pobres para a periferia. O autor salienta que os investidores também ocupam essas áreas periféricas antecipando uma valorização futura, utilizando-as como reserva de valor, e se beneficiam dos recursos públicos ao buscar investimentos para essas regiões, a fim de promover a valorização desses espaços urbanos vazios.

"O poder público acabou corroborando com esse processo" (SILVA, 2017, p. 68). O fato é que, nas políticas realizadas em épocas de regime militar, presenciou-se o aumento dos limites das cidades e a construção de conjuntos habitacionais na periferia. Entre a cidade e a periferia eram deixadas grandes extensões de terras para utilização futura, favorecendo "a especulação imobiliária e marcando um padrão de expansão urbana esparso, difuso, confuso e cheio de grandes vazios urbanos" (SILVA, 2017 apud. VALENÇA, 2014, p. 343).

Nas últimas décadas do século XX, é dado o início de um movimento pela Reforma Urbana, e se fez presente na agenda política da administração das cidades brasileiras, com a Constituição de 1988 e com o Estatuto da Cidade, de 2001. Com essas iniciativas, houve uma busca por instrumentos que colaborassem com a luta contra a exclusão social e a distorção do tecido urbano promovido pela especulação imobiliária.

"Os vazios urbanos, destarte, foram ressignificados no contexto brasileiro na medida em que legalmente o poder público adquiriu instrumentos que possibilitaram coibir a especulação imobiliária, a saber, o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, os quais, em tese, forçam o proprietário a tomar medidas que assegurem o cumprimento da função social da terra urbana. Caso não haja uma função social e os terrenos permaneçam vazios, o "IPTU progressivo" (Imposto Predial e Territorial Urbano) pode ser aplicado. O proprietário, então, deve ser notificado para que se cumpra a obrigação. Caso contrário, deve haver a progressão do IPTU até a alíquota máxima em cinco anos. Decorrido esse tempo, se não houver o cumprimento da obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá proceder a desapropriação do imóvel." (SILVA, 2017, p. 69 e p. 70).



Para além do debate desses instrumentos, está o fato de que existe uma falta de aplicabilidade do Estatuto da Cidade. Para Valença (2014, p. 346) o Estatuto da Cidade é um marco reconhecido internacionalmente por sua criatividade e clareza de princípios, mesmo diante de uma realidade urbana como a do Brasil, que é tão diversa e complexa. Entretanto, com a falta de implementação e execução efetiva das medidas previstas, essa lei ainda carece de efetivação na prática.

Considerando os elementos apresentados, é possível chegar a uma conclusão sobre os espaços vazios nas áreas urbanas. Em geral, os especuladores imobiliários não têm preocupação com os aspectos sociais, ambientais e urbanos, pois priorizam o lucro econômico, seguindo a lógica do mercado. A menos que haja um esforço para transformar esses espaços em áreas ambientalmente agradáveis, eles continuarão representando um risco ambiental (SILVA, 2017). Cabe ao poder público a responsabilidade de criar condições adequadas para a cidade, por meio da implementação de projetos que impulsionem o uso desses vazios pela comunidade local. Por não estarem ocupados, esses espaços muitas vezes acumulam resíduos sólidos, prejudicando o ambiente circundante e contribuindo para a disseminação de doenças. Diante dessas considerações, é evidente que os espaços vazios nas áreas urbanas não podem ser ignorados.

É fundamental que sejam planejadas e executadas ações efetivas para transformá-los em espaços funcionais, sustentáveis e saudáveis, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade e reduzir os riscos ambientais e de saúde pública. Essa responsabilidade requer a participação ativa do poder público, investidores e comunidade em geral, com o objetivo de utilizar esses vazios urbanos de forma adequada e sustentável.



01.2 UM OLHAR SOBRE AS RAÍZES DOS VAZIOS URBANOS NO BRASIL: A LEI DE TERRAS E SUA INFLUÊNCIA

É pertinente refletir sobre a origem dos terrenos vazios e traçar uma linha do tempo que culminou nos vazios urbanos que existem atualmente. É claro que a forma urbana é resultado de processos históricos que ocorreram por meio de intervenções específicas. No Brasil, desde os primórdios da colonização, com a implementação das Capitanias Hereditárias, já se manifestavam os primeiros indícios da distribuição desigual de terras, que fundamentou a estrutura do mercado local e suas instituições, o que tem para determinar, na atualidade, a desigualdade de terra e renda (MATTOS; INNOCENTINNI; BENELLI, 2012). Essa análise temporal é fundamental para compreender a complexa teia de eventos que levou à formação desses espaços urbanos ociosos. É a partir de 1850, após o fracasso das CHs e um governo geral instaurado, que surge um dos marcos fundiários mais importantes do país, a Lei de Terras.

A Lei de Terras, aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e dava sinais para a abolição da escravatura no Brasil, surge com a esperança de reorganizar e valorizar as terras no Brasil. Até então os limites traçados pelos que se denominavam proprietários eram extremamente superficiais e não existia um critério para mensurar o valor dessas terras. Um senhor de terras com maior número de escravos era considerado mais rico do que alguém que tivesse mais hectares de terra.

O esboço do projeto da Lei de Terras foi discutido por quase uma década por uma equipe composta por conselheiros do imperador, responsáveis por redigir um anteprojeto da lei, e senadores e deputados, que em sua maioria também eram senhores de terra, algo que influenciou em como a lei se aplicava e a quem beneficiava. A Lei de Terras surge como forte influência nas dinâmicas das terras urbanas, e não alterou a autoridade soberana das elites, porém, distingue-se pela primeira vez na história do país, o que é solo público e o que é solo privado (MARICATO, 1997). A terra podia ser comercializada antes de 1850, mas não havia nenhum tipo de imposição. A lei não se apresenta com o intuito de democratizar as terras, mas de consolidar os latifúndios existentes.

O que aconteceu foi uma normatização da colonização efetiva (FISCHER; OLIVEIRA, 2016, p. 7), uma mudança sem mudanças, levando em consideração apenas os interesses de uma parte da população e excluindo diversos setores da população. Aqueles que não se tornaram mão de obra para os grandes latifundiários, saíram do



campo para a cidade em busca da propriedade. Com a pressão que o Brasil havia sofrendo para dar fim ao tráfico negreiro e à abolição da escravatura por outros países, uma das preocupações era de que essas terras, por terem baixo valor no mercado, pudessem passar a ser propriedade desses escravos. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e, diante das mudanças sociais e econômicas pelas quais o país passava, o governo sentiu-se pressionado a organizar esta questão.

Essa lei beneficiou aqueles que já tinham posses, e uma alternativa para a população imigrante, pobre e marginalizada foi procurar abrigo na cidade, onde conseguiram ter acesso à terra nas atuais periferias, entretanto, longe do centro e das infraestruturas urbanas, um marco justamente para a consolidação do fenômeno da segregação espacial e exclusão social. Aqueles que não fizeram parte desse fluxo migratório não tiveram outra escolha a não ser continuar prestando serviços para a sociedade agrária. A Lei de Terras serviu também para formalizar a continuação da exclusão social, e a ida da população pobre para as periferias das cidades mostra que a limitação de terras apenas sofreu um deslocamento para outro lugar, do rural para o urbano.



01.3 UMA NOVA GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE DADOS

As transformações tecnológicas têm elevado a forma como a informação chega ao usuário. Nesse contexto, evidencia-se aqui o impacto dessas tecnologias e explora exemplos de como elas podem ser aplicadas, por exemplo, por laboratórios universitários, levando em consideração as informações que podem ser obtidas por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Busca-se também analisar como essas tecnologias podem exercer uma influência positiva na gestão de vazios urbanos, para isso utiliza-se as análises comparativas de três plataformas, vistas na última parte do estudo.

A ideia de que o ser humano pode se afastar do mundo real ao mesmo tempo em que se aproxima e participa dele pode ser observada ao considerarmos a influência da internet e dos atributos que esse meio proporciona aos seus usuários. A difusão de informações, ideias e culturas por meio da internet exerce uma influência significativa nos novos valores da sociedade, graças às suas fontes inesgotáveis de informações. O projeto WWW (World Wide Web), desenvolvido por Tim Berners-Lee em 1990, desempenhou um papel fundamental nessa transformação. Ele foi concebido como uma teia gigantesca de informações entrelaçadas por links em textos acessados pelos usuários de qualquer local conectado a um servidor de rede virtual (HOSTINGER, 2023). A internet, inicialmente utilizada para fins militares durante a Guerra Fria em 1969, evoluiu e, graças à iniciativa da comunidade acadêmica paulista, chegou ao Brasil em 1988.

Esse avanço beneficiou a troca de informações de forma rápida e, por vezes, frenética, proporcionando às pessoas uma maior conexão não apenas entre si, mas também com instituições e com a própria cidade. A internet abrange um amplo espectro de relações que envolvem a distância, a saudade, a manutenção de laços com familiares e amigos, além de fornecer notícias e informações relevantes e irrelevantes, e servir como impulsionadora de negócios e publicidade. No entanto, é interessante lembrar que as TICs também desempenham um papel importante como elementos propulsores na coleta e análise de dados relevantes para o cotidiano das pessoas.

O fato é que as tecnologias digitais têm muito a oferecer às cidades. Em sua dissertação de mestrado, Rafael Soares Simão (2019) traz o que Mulan e Sanders (2014) apontam como as três camadas para fomento das iniciativas de origem cidadã,



são elas:

1. **Camada superior:** a administração pública é responsável por gerir de maneira eficiente e disponibilizar dados provenientes de diferentes sistemas urbanos e de órgãos das esferas estadual e federal;
2. **Camada intermediária:** interação entre a administração pública e a sociedade civil. Desenvolvedores utilizam dados governamentais para desenvolver serviços e acompanhar a gestão, e a administração tira proveito de dados produzidos pela população que possam ter serventia na gestão urbana;
3. **Camada inferior:** a sociedade civil produz e utiliza dados com fins diversos, como atividades comerciais, sociais ou de interesse comunitário.

Há um impasse, no entanto, na aplicabilidade das iniciativas e do fomento. De acordo com dados da Casa Civil de 2022, mais de 90% dos lares brasileiros têm acesso à internet, o que corresponde a 65,6 milhões de domicílios conectados. No entanto, um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva e pela empresa de consultoria PWC também em 2022 revelou que 33,9 milhões de pessoas não têm acesso à internet, e outras 86,6 milhões não conseguem se conectar diariamente. Os grupos mais desconectados são formados por pessoas negras pertencentes às classes C, D e E, com menor nível de escolaridade. Por outro lado, os grupos plenamente conectados são majoritariamente compostos por pessoas brancas das classes A e B, com maior nível de escolaridade.

Embora haja um processo de democratização da internet no Brasil, o acesso ainda ocorre de forma extremamente desigual. O levantamento anual realizado pela *Urban Systems* em 2022 aponta os 100 municípios brasileiros mais inteligentes, a maioria localizada na região sudeste, a mais desenvolvida do país. É fundamental que o investimento no desenvolvimento de TICs esteja acompanhado de um programa de capacitação para a população que vive em áreas afastadas dos grandes centros econômicos, tendo sua participação limitada. Essas são as pessoas que mais necessitam de investimentos e representatividade. Mesmo nas cidades com maior desenvolvimento econômico e nas regiões mais conectadas, ainda existem centros urbanos onde vivem pessoas com baixo envolvimento nos meios digitais.

Ainda que 81% da população brasileira acima dos 10 anos tenham acesso a internet, somente 20% da população possui uma conexão de qualidade, e 58% acessam exclusivamente pelo celular*. A má distribuição da infraestrutura somada aos altos preços de serviços de internet limitam expressivamente o acesso aos benefícios que a rede pode oferecer, o que dificulta o processo de aprendizado educacional, acesso à informação e utilização de serviços, enquanto a realidade exterior cada vez mais exige mão de obra capacitada e que saiba lidar com os meios digitais. Para que a relação entre informação e participação através das TICs seja enriquecida é necessário

* Levantamento do Instituto Locomotiva e da empresa de consultoria PWC, 2022.



que as habilidades digitais sejam inseridas e assimiladas ao longo das trajetórias dos cidadãos, independente da classe social. A distribuição desse conhecimento precisa ser consoante ao que é dado para classes sociais superiores. As implicações da falta de habilidades digitais implicam o meio offline.

“O fato constituiria um ciclo vicioso, em que aqueles com mais recursos terão mais oportunidades de acesso, seguido por mais possibilidade de desenvolver habilidades digitais, que, por fim, abriria as portas para mais recursos sociais, como educação, saúde e dinheiro, reforçando as desigualdades sociais” (BARROS; ALCANTARA; FREITAS, 2022).

Uma opção que se torna viável para esses casos, no contexto em que está inserido este trabalho, é a ideia de investir em ferramentas digitais que possibilitem um acesso mais fácil, orgânico e intuitivo, e que impulse a autonomia do usuário. Em 2014, o governo brasileiro estabeleceu os direitos e deveres dos internautas através da Lei 12965/14, o Marco Civil da Internet, além de criar um lugar mais seguro e reafirmar a teoria de que “a internet é uma terra sem lei”. No que diz respeito aos direitos que essa lei dispõe, considera-se que a internet é um direito de todos e essencial ao exercício da cidadania.

“Já o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já construído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. Esse complexo problemático pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores. O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore.” (Lévy, 1996, p. 16).

O aumento da transparência, a redução da burocracia e o aumento do engajamento da população vêm chamando a atenção do poder público nacional e internacional há alguns anos para novas práticas cidadãs envolvendo meios digitais. O trabalho e a mão de obra coletiva influenciam iniciativas convocativas e voluntárias, que fomentam uma colaboração massiva de usuários não afiliados a entidades ou instituições. Através de interconexões pelas redes digitais, esses usuários geram informações por meio do processamento de dados, caracterizando a prática digital conhecida como *crowdsourcing*. Iniciativas envolvendo a internet e os anseios da sociedade permitem a coleta e o processamento desses dados, contribuindo para a otimização de recursos públicos.

O trabalho realizado por Benedito Medeiros Neto (2017), da Universidade de



Brasília, teve como parte de sua pesquisa a análise da construção de um ambiente colaborativo de aprendizagem digital, e trouxe registros de uma oficina universitária para o uso de dispositivos móveis para a interpretação da nova cultura digital. Uma das intenções da pesquisa do autor e dos pesquisadores envolvidos no trabalho era trazer e aprofundar o conhecimento do acesso e uso das TICs em comunidades com pessoas menos favorecidas, para demonstrar a possibilidade de uma comunicação global e ubíqua dentro do seu espaço cultural e político.



Figura 1: Um tutor universitário atuando em uma oficina do uso de dispositivos móveis para a interpretação da nova cultura digital, ONG CEDEP, no Distrito Federal. Fonte: Benedito Medeiros Neto, 2017.



Uma líder comunitária colocando o cidadão na vertigem do futuro e na urgência do presente, ONG CEDEP, no Distrito Federal. Fonte: Benedito Medeiros Neto, 2017



01.4 CÉREBRO COLETIVO

A inteligência coletiva e a apropriação de tecnologias por parte da população possibilitam condições para uma nova relação entre a esfera pública e os demais atores sociais. A nova dinâmica que envolve o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação é caracterizada como um sistema que revela processos coletivos, inteligentes e independentes, onde quaisquer interessados produzem colaborativamente informações em um ciberespaço instrumentalizado, onde há expansão ilimitada da inteligência coletiva (LEMOS; LÉVY, 2010). Esses processos coletivos moldam um hibridismo entre o espaço físico e eletrônico, e as iniciativas possibilitam o acesso e conexão entre a população civil e órgãos governamentais para o processamento e análise de dados.

As iniciativas virtuais promovem formas de comunicação que permitem a reapropriação do espaço físico e a inclusão ativa dos indivíduos no conhecimento e na tomada de decisões. Os cidadãos têm a oportunidade de expressar e exercer sua cidadania de forma ativa, fazendo valer suas opiniões e demandas. Esse estímulo da inteligência coletiva com o interesse na redução do déficit democrático através do uso dos meios digitais manifestam diferentes perspectivas para um Estado contemporâneo através de indivíduos informados e informantes.

Um exemplo de um dos avanços que o Brasil vem mostrando inclui a criação dos canais TV Justiça, TV Câmara e a TV Senado. Apesar das deliberações serem transmitidas por televisão, esse meio não inclui interações diretas e instantâneas para com o telespectador. Todavia, o Senado Federal desenvolveu uma plataforma chamada e-Cidadania, um portal criado em 2012 no qual o cidadão pode opinar sobre projetos de lei, sugerir uma ideia de lei e participar de audiências públicas.

Para a Câmara de deputados, foi desenvolvida a plataforma e-Democracia, uma ferramenta 100% online que busca a aproximação de cidadãos e parlamentares e fomenta a participação dos indivíduos em temas importantes para o desenvolvimento do país. As discussões são acompanhadas pela opinião dos usuários no site, em audiências interativas, com comentários acompanhados pelos deputados. Dentro do site existem outras áreas onde os usuários podem discutir sobre projetos de lei, como o Wikilegis, e acompanhar o painel de estatísticas da participação dos cidadãos nas audiências públicas e propostas legislativas.

Porém, cabe aqui uma ressalva feita por Wilson Gomes, o qual considera que as ferramentas podem não ser suficientes para o cidadão se interessar a participar, “seja porque a discussão política on-line está limitada para aqueles com acesso a computadores e à internet, seja porque aqueles com acesso à internet não necessariamente buscam discussões políticas, seja, enfim, porque discussões políticas são



frequentemente dominadas por poucos” (GOMES, 2005, p. 221).

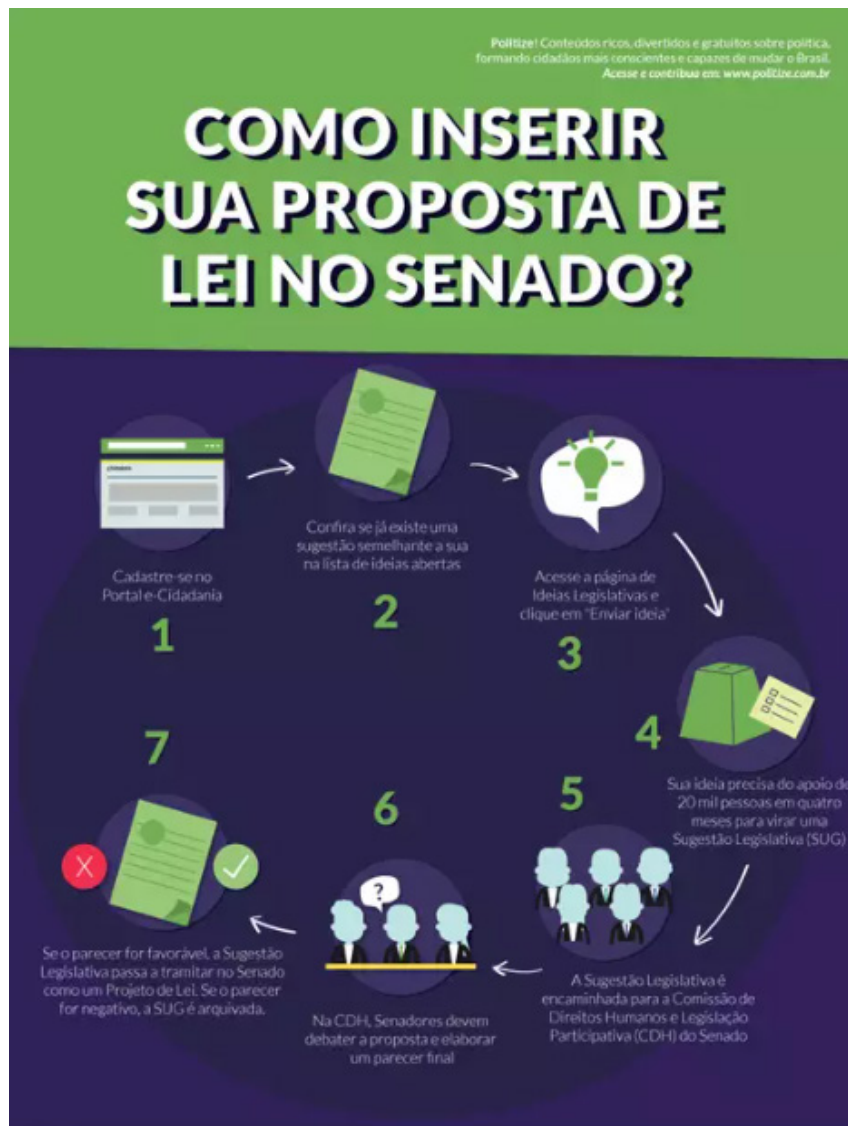


Figura 3: Passo a passo para inserir uma proposta de lei através do portal e-Cidadania. Fonte: Politize, 2019. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

As decisões e opiniões veiculadas tomam um rumo diferente com a promoção das redes sociais e favorecem o exercício da cidadania e da democracia. O internauta demanda novos direitos a partir da facilitação da comunicação, do acesso à informação e de uma relação que se estabelece com outras culturas, como trocas de experiências e interesse em demandas que podem não ser suas, mas de seu interesse.

“A participação popular prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade é um princípio inerente à democracia, garantindo aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos.” (DALLARI, 1996, p. 13-51).



Essa liberdade e inclusão é de valor quando a facilidade de informação e opinião acontecem de forma compartilhada e bem distribuída entre a sociedade, estabelecendo formas de contemplar a vontade de não só uma parcela dos cidadãos, àquela que tem meios e conhecimentos cabíveis para a participação nos sítios eletrônicos fornecidos, mas também aos que não têm as mesmas oportunidades de ter um maior envolvimento nos meios sociais como essas classes, afinal, a população que possui a concentração de um maior capital consegue ter um maior acesso e, consequentemente, maior apoio nas plataformas.

PARTE 02



02.1 ANÁLISE DE CASOS DE PLATAFORMAS COOPERATIVAS DE DADOS

Com o intuito de cumprir os objetivos deste trabalho, discutiu-se na primeira parte do estudo a amplitude do significado por trás dos vazios urbanos e alguns dos seus reflexos na dinâmica da cidade, apresentando universos conceituais para seus significados e marcos legais que surgem com o intuito de regular o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Na sequência, são apresentadas análises de plataformas que demonstram o progresso no que diz respeito à participação, transparência, monitoramento e divulgação de informações em iniciativas colaborativas, com o auxílio de TICs. Essa contextualização dos vazios urbanos e da exploração do mundo das Tecnologias da Informação e da Comunicação são usadas como base para analisar os casos* a seguir e para seguir de base para as considerações finais feitas para este trabalho.

02.1.1 Decidim Barcelona

Em 2011, a Espanha passou por protestos que representaram um momento no qual diversos ativistas, movimentos sociais e acadêmicos se mobilizaram para que fossem ouvidos. Os meios de comunicação espanhóis apelidaram de "movimento 15-M", "los Indignados" ou ainda "Spanish Revolution". Esse movimento acabou se tornando o partido político *Podemos*, que perdurou por 5 anos e se destacou pelo uso das TICs desde sua criação, contando com plataformas de deliberação online. O partido *Podemos* chegou através desse trabalho à gestão de prefeituras importantes por meio de ligações com partidos locais, emergentes e tradicionais do campo da esquerda (SOUZA; PENTEADO, 2019).

Neste cenário, duas das principais cidades do país, Madri e Barcelona, sob o governo de Manuela Carmena e Ada Colau, respectivamente, cumpriram a promessa dos *podemistas* de tornar a cidade mais participativa e aberta a debates, colocando em funcionamento as plataformas de e-participação *Decide Madrid* e a *Decidim Barcelona*, ambas tendo como base a mesma plataforma de software livre, a *Consul*.

A plataforma *Decide Madrid*, colocada em funcionamento em 2015, teve até

* É importante ressaltar que parte da análise das duas primeiras plataformas, *Decidim Barcelona* e *Ágora em Rede*, foram realizadas anteriormente em conjunto com outra colega, conforme mencionado no início deste trabalho. Portanto, é possível encontrar trechos semelhantes neste contexto.

2017 mais de dois milhões de acessos, mais de 380.000 registros de usuários e 337 submissões de processos participativos (SOUZA; PENTEADO, 2019). As formas de acesso na plataforma digital são marcadas por uma navegabilidade objetiva por meio de abas, que trazem como finalidade debates, propostas, sessão de votação e processos participativos.

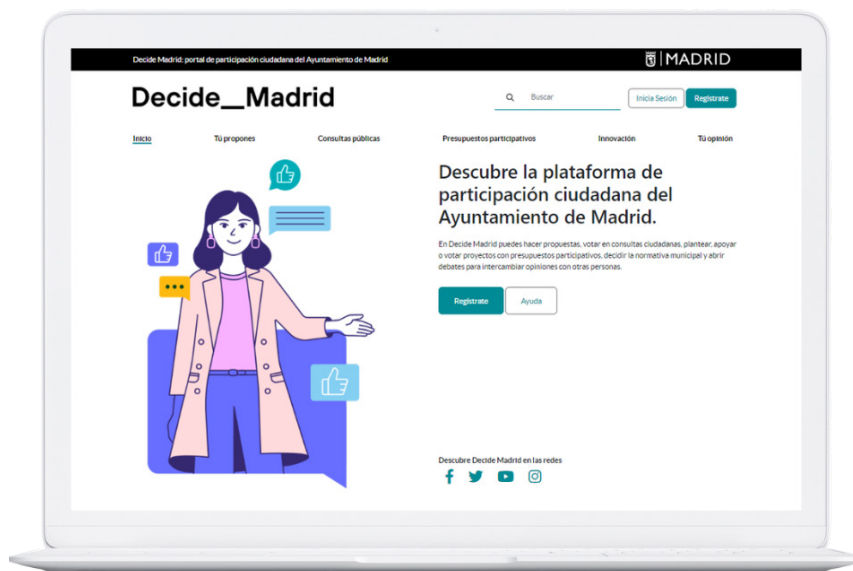


Figura 4: Decide Madrid, 2023. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

O *Decidim* Barcelona, de 2016, está no centro de um modelo de Plano Digital de Barcelona, e segue os princípios do *Decide Madrid*, com fácil e objetiva navegabilidade e o propósito de criar políticas que atendam às necessidades dos cidadãos através da utilização da inteligência coletiva.

Segundo o *Ajuntament de Barcelona*, a plataforma tem como objetivo servir de portal e infraestrutura para os processos participativos promovidos pela Câmara Municipal (PAM, elaboração de normas, planos urbanísticos). Com esse objetivo, eles utilizam metodologias abertas, ágeis e participativas com ferramentas de tomada de decisão coletiva, comunicativa, como campanhas, convocações para atendimentos presenciais (assembleias, reuniões) e outras formas de interações e funcionalidades digitais colaborativas para melhorar a qualidade democrática da cidade. Segundo o Plano de Cidade Digital de Barcelona (2015-2019), mais de 70% das propostas vêm diretamente dos cidadãos, e a prioridade são questões como acesso a moradias populares, mudanças climáticas, transição energética e sustentabilidade.

O *Decidim* Barcelona, gerido pela comunidade *MetaDecidim*, é baseado em *software* livre e de código aberto. Todo o código é postado em uma plataforma colaborativa, o *GitHub*, através do domínio *decidim.org* à organizações, universidades, vizinhanças, cooperativas e outras organizações que desejam criar portais da web que implementam processos participativos para planejamento estratégico, orçamento, consultas públicas, processos eleitorais para que as ideias e práticas possam ser



compartilhadas, reutilizadas e adaptadas por outras cidades, para que os próprios cidadãos possam e controlem os dados. A plataforma é administrada pela comunidade em geral e reúne centenas de pessoas das mais diversas áreas, como designers, funcionários públicos e políticos, não só da esfera da programação.

Essas pessoas se reúnem para construir conjuntamente esta ferramenta de participação, que pode ser vista como um terreno comum, onde todos trazem à vida por meio de suas contribuições. O *Decidim* melhora a participação democrática e promove um bom governo através da tecnologia, que acelera a participação. Dessa forma, é possível uma inovação na nova geração para a tomada de decisões, com compromisso e responsabilidade, conectando os espaços tradicionais de participação democrática, como assembleias comunitárias e audiências públicas, com o mundo digital. Por meio da plataforma, promove-se encontros presenciais por meio de convites e são organizadas inscrições, o que facilita na publicação de atas e minutas, além do cidadão poder acompanhar constantemente as etapas de execução das propostas implementadas.

A arquitetura do *Decidim*, considerada como integrada e de fácil navegabilidade, oferece diferentes espaços de participação com resultados específicos para cada um deles, sendo esses espaços: iniciativas, processos participativos, órgãos de participação e consultas, e dentro de cada um desses espaços existem encontros, propostas, pesquisas, acompanhamento, votações e comentários.

Esses espaços estão classificados em âmbitos territoriais, em função do bairro, distrito ou cidade, ou setoriais, em função de acordo com o tema abordado, como bem estar social, imigração, direitos das mulheres, onde é possível utilizar diferentes ferramentas de participação. A plataforma oferece aos visitantes o acesso ao seu conteúdo, aos registrados a possibilidade de realizar comentários e propostas e aos verificados o direito do voto no que é proposto.

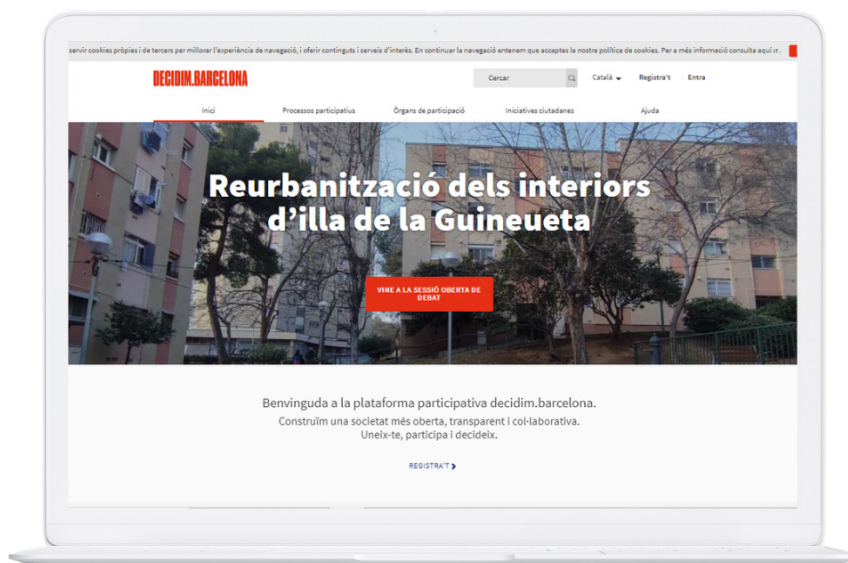


Figura 5: Decidim Barcelona, 2023. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.



Todo esse processo de inovação tecnológica que visa legitimar o processo participativo está sendo utilizado não só em municípios da Espanha, mas também em países como México e França.

Destaca-se nos processos participativos realizados pelo *Decidim* Barcelona o Plano Municipal de Ação (PAM), de 2016-2019. O processo teve início em 2015 e se dividiu em fases que ocorreram de forma virtual e presencial, contando com a participação de quase 40 mil pessoas, as quais contribuíram com aproximadamente 10.860 propostas, e dessas 8.142 foram aprovadas e incorporadas no PAM. Essas ideias dos participantes sendo adotadas contribuem para o interesse dos cidadãos nesses tipos de processo. O engajamento da população é incentivado pelas fases de ação bem definidas, que incluem a fase da informação, fase de debate, fase de retorno e fase de acompanhamento, e pelos mecanismos de divulgação da plataforma com a propaganda online, banners, outdoors e painéis espalhados pelas ruas de Barcelona, esse mesmo padrão se repete no caso do Orçamento Participativo.

Barcelona também implementou o Orçamento Participativo (2020-2023), o qual os cidadãos deliberam sobre projetos de urbanização, investimentos e melhoria de praças e bairros. Para isso, a capital da Catalunha destinou 75 milhões de euros para que os residentes apresentassem, definissem, priorizassem e votassem (BRANCO, 2021) nos projetos que a prefeitura executará em seus distritos.

A fase inicial do projeto do orçamento participativo 2020-2023 está aberta às pessoas residentes ou não de Barcelona. Tratam-se de propostas de investimento em infraestruturas e equipamentos urbanos. A segunda fase exige que os participantes sejam maiores que 14 anos e residam oficialmente na cidade de Barcelona. Esses usuários da segunda etapa podem escolher entre dois a dez projetos na plataforma. Na terceira fase são definidos os projetos e a fase final, de votação, os usuários maiores de 14 anos poderão acessar a lista dos projetos em potenciais que serão realizados nos distritos entre 2020-2023.

Essa estratégia de inovação democrática objetiva os cidadãos a usarem tecnologias para alocar os orçamentos municipais em áreas que eles julgam necessário priorizar. O caso ainda está em andamento e precisou ser interrompido durante a pandemia do COVID 19, por isso, algumas informações estão sujeitas a alterações. No início, por exemplo, o orçamento destinado era de 75 milhões de euros, que foi reduzido para 30 milhões. Segundo atualizações do governo municipal de Barcelona, foram 882 propostas que chegaram à fase de priorização, com 204 bem sucedidas, e maior prioridade para os projetos envolvendo equipamentos escolares e espaços públicos.



02.1.2 O Caso de Canoas

No Brasil, temos Porto Alegre, a capital gaúcha, como um caso exemplar de iniciativa com democracia participativa. Foi a cidade pioneira e referência internacional da democracia participativa e de novas formas de experiências de controle social e efetivo exercício cidadão nas decisões coletivas. Iniciado em 1989, prosseguiu até 2005 e em 2006 se transformou no processo de participação solidária (SALES, 2010), e serviu como paradigmas para outras cidades dentro e fora do Brasil.

A cidade de Canoas, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, sendo a terceira maior população do Rio Grande do Sul*, ficando atrás de Porto Alegre e Caxias, teve sua constituição consolidada em 1939, e sua proximidade com a capital gaúcha contribuiu para o crescimento - de meados da década de 10 até os 60 houve um crescimento populacional de mais de 400% (DOMINGOS, 2017) - e desenvolvimento social da cidade.

Sob a gestão do prefeito Jairo Jorge, do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2009 a 2016, um novo projeto de gestão municipal foi adotado, contribuindo para o processo de participação cidadã, e serviu como atrativo para implementar o orçamento participativo na cidade de Canoas. O município, inclusive, deteve o título de município coordenador nacional da Rede Brasileira de Orçamento Participativo de 2013 a 2016. Segundo dados da cartilha "Canoas Cidade da Transparência e do Controle Social", o município possuía, até 2013, o maior índice de participação popular do Brasil nesta modalidade, 10% dos eleitores da cidade votaram no OP (DOMINGOS, 2017).

Foram desenvolvidas ferramentas para demandas coletivas, como o Orçamento Participativo, as Plenárias de Serviços Públicos, os Polígonos Empresariais e o Programa Bairro Melhor; ferramentas para as demandas individuais, como a Prefeitura na Rua, as Audiências Públicas e o Prefeito na Estação; uma ferramenta colaborativa, a Ágora em Rede; ferramentas de concertação, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e a Casa dos Conselhos; e ferramentas de elaboração estratégica como o PPA Participativo, o Congresso da Cidade e os Planos Setoriais. Em seis anos, mais de 168 mil pessoas participaram destas ferramentas na cidade de Canoas. (SILVA, J. 2014).

- **Plenária de Serviços Públicos:** a população podia tecer críticas e sugestões para avaliar a administração prestada pelo serviço municipal, com a presença do prefeito e dos secretários;
- **Polígonos Empresariais:** eram delimitadas regiões que reuniam as indústrias do território canoense com o objetivo de melhorar o desenvolvimento local, com reuniões com colaboradores que traziam os problemas apresen-

* Censo Demográfico Prévio, 2022.



tados na região;

- **Orçamento Participativo:** elegia-se através de uma eleição anual em todos os quadrantes do município, divididos em microrregiões, um delegado para a escolha de obras e fiscalização junto à população;
- **Programa Bairro Melhor:** permitia que o cidadão destinasse até 50% do seu Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para um projeto de interesse público e de uso coletivo, desde que o projeto estivesse vinculado a alguma entidade e tivesse convênio com a prefeitura;
- **Prefeitura na Rua:** uma semana em cada quadrante, os responsáveis pela administração pública do município, inclusive o prefeito, reuniam-se com a população em praças e ruas para ouvirem demandas, reivindicações, críticas e sugestões, as quais eram registradas e enviadas para resolução;
- **Audiências Públicas:** semanalmente, o prefeito recebia 20 cidadãos para uma atenção individual;
- **Prefeito na Estação:** essa ferramenta era voltada aos usuários do metrô. Uma vez por semana, o prefeito se dirigia até uma estação de metrô, das 6 às 8 horas da manhã para ouvir os cidadãos;
- **Ágora em Rede:** foi uma ferramenta criada para a mobilização social em tempo real através das redes sociais, que instigava discussão e realização de debates através da criação de fóruns de debates com o prefeito e com os secretários do município, culminando em diálogos que tinham êxito na proposta de manutenção e melhoria de Canoas, além de incentivar diálogos entre os próprios cidadãos;
- **Conselho de Desenvolvimento Econômico Social:** o objetivo era reunir 50 cidadãos de diferentes partes da cidade para revisar as ações estratégicas do município;
- **Casa dos Conselhos:** ainda presente, ainda é um espaço que reúne todos os Conselhos Municipais de Canoas em um só local. Visa monitorar, fiscalizar e aperfeiçoar a construção das políticas públicas com a participação cidadã. O espaço proporciona aos cidadãos um espaço para propostas e acompanhamento dessas políticas;
- **PPA Participativo:** eram reuniões abertas realizadas em cada quadrante do município. A comunidade escolhia 4 propostas que julgasse mais importantes entre 10 para serem implementadas. O orçamento investido nessas propostas era proporcional à votação de cada proposta. Essa ferramenta foi utilizada em conjunto com o decreto do Governo Federal na aplicação dos Plano Plurianual, e todo o processo era gerido por um controle de indicadores e metas.
- **Congresso da Cidade:** mobilizava a população canoense para debater so-

bre as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de uma Canoas mais sustentável, integrada e inovadora para um período de 10 anos. Essas diretrizes eram revisadas a cada cinco anos.

- **Planos Setoriais:** tinha como objetivo fóruns regionais realizados em cada área do governo, como saúde, segurança e educação, para elencar as prioridades de prestação de serviços. Técnicos do poder público realizavam diagnósticos com cidadãos, que resultaram em assembleia locais, que tinham como efeito uma conferência nacional dos planos setoriais estratégicos.

A implementação desse sistema no município possibilitou a inclusão de forma verdadeira da população no processo democrático, com uma descentralização de decisões que fez com que a sociedade civil e o governo tivessem uma maior proximidade a partir de então.

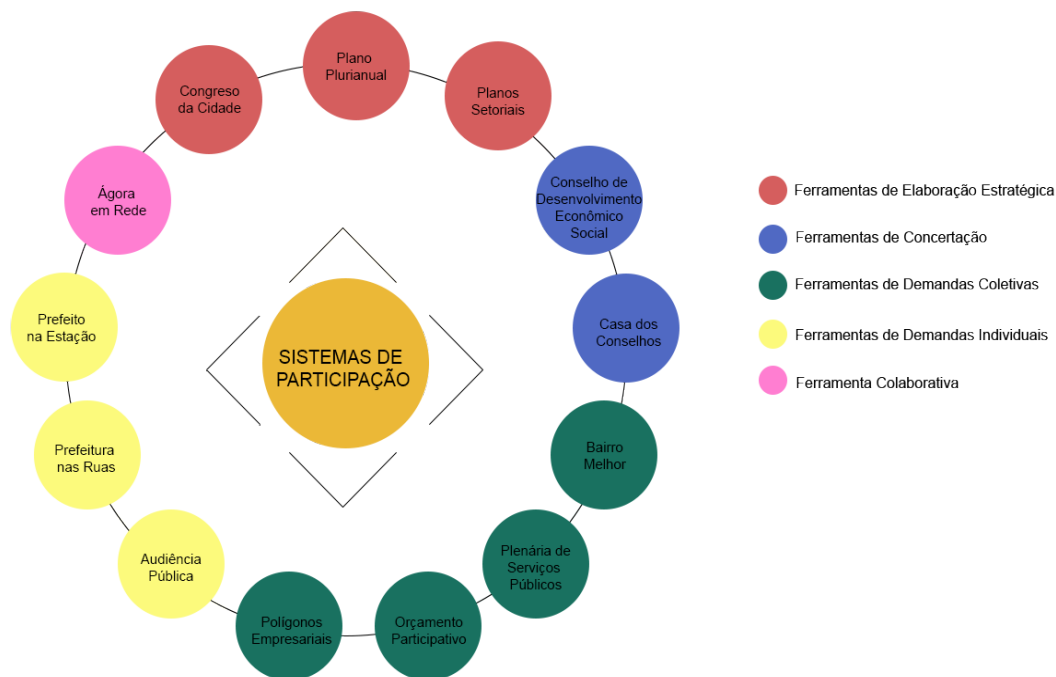


Figura 6: Esquema com sistemas de participação na cidade de Canoas. Adaptado de SANTOS, J. U. 2017, p. 70 apud Prefeitura de Canoas.

Consoante ao Decidim Barcelona, ressalta-se a ferramenta *Ágora em Rede*, uma plataforma na qual o canoense, a gestão municipal e as lideranças da comunidade podiam discutir e propor ideias.

Adotada em 2011 como *Ágora Virtual*, após passar por uma remodelação, o projeto passou a se chamar *Ágora em Rede*, e se inspira no conceito de *Ágora* na Grécia Antiga, a praça pública ou pólis, o centro da cidade. O intuito era de que o espaço funcionasse como um espaço deliberativo para que o cidadão tivesse propriedade sobre o poder de decisão de forma conjunta com o governo do município. Através de visitas e pesquisas, o prefeito Jairo Jorge notou uma lacuna entre a comunicação



dos representantes e da sociedade de Canoas (SANTOS, J. 2017), e a ferramenta tinha a intenção de fazer a união entre esses dois grupos, estando conectada às redes sociais com troca de informações em tempo real entre o cidadão e os os órgãos públicos encarregados pelo desenvolvimento e melhoria do município.

A Ágora Virtual trazia formas diferentes de interações entre a comunidade e o governo e entre os próprios cidadãos, como votações e enquetes, fale com o prefeito e a Ágora Central. Essas ferramentas caminhavam de forma conjunta com ferramentas já apresentadas, como a Prefeitura na Rua, a Audiência Pública, a Plenária de Serviços e o Orçamento Participativo.

- **Votações:** os cidadãos tratavam de perguntas relativas a algum tema em discussão, eles podiam responder sim ou não para perguntas elencadas e verificar o resultado;
- **Enquete:** com uma proposta semelhante a das votações. Foi remodelada na Ágora em Rede;
- **Fale com o prefeito:** o cidadão manifestava-se apresentando alguma dúvida, sugestão ou reclamação e enviava para o prefeito;
- **Ágora Temática:** promoveu debate por mensagens abordando assuntos específicos de interesse da população, como saúde, esporte e lazer;
- **Ágora Central:** até 30 participantes podiam participar de um bate papo online, comunicando-se diretamente com o prefeito ou com algum representante político, com o processo transmitido ao vivo no próprio site da Ágora Virtual e no site da prefeitura.

A partir de julho de 2013, a Ágora em Rede foi lançada como uma melhoria da Ágora Virtual, e, durante esse processo de remodelação, os responsáveis pelo município divulgaram a plataforma por meio de jornais impressos, folders, mídias digitais e outros sites da internet. A propaganda era de que “um espaço onde, através de bate papos e fóruns de discussão, todos poderiam trocar ideias sobre os mais diversos temas que envolvem a cidade diretamente com o prefeito e seus secretários” (SANTOS, J. 2017, p. 66). A Ágora em Rede agora trazia uma melhoria das ferramentas da Ágora Virtual, e os cidadãos podiam acompanhar a agenda da Prefeitura.

As funcionalidades da plataforma eram divididas em algumas abas: Ágoras, Voz das Ruas, Desafio da Semana, Orçamento Participativo, Enquetes, Ideias para Canoas, Central do Cidadão e possuía um blog com uma aba com vídeos e outra com temas de interesse do município e dos cidadãos (SANTOS, J. 2017, p. 73). Essa ferramenta encaixou-se nas outras 13 ferramentas sintetizadas anteriormente e era uma proposta totalmente digital, desde o cadastro até a inclusão das demandas.



Figura 7: Interface do site Ágora em Rede, adaptado de SANTOS, J. U. 2017, p. 73 apud Prefeitura de Canoas.

Dentro da plataforma, existiam diferentes canais de participação, como a Ágora Central, Minha Ágora, Ágora da Comunidade e Ágora Global (SANTOS, J. 2017). Todas essas ágoras online eram em formato de chat e vídeo, com assuntos e temas que se diferenciavam.

- **Agora Central:** debate com o prefeito;
- **Minha Ágora:** debates nos quais qualquer cidadão poderia desenvolver sobre algum tema em conjunto a outros cadastrados;
- **Ágora da Comunidade:** qualquer cidadão podia lançar algum tema para debate, que era levado para votação para ser debatido com as autoridades governamentais;
- **Ágora Global:** os usuários podiam entrar em contato com pessoas de outros países para compartilharem experiências de administração de suas cidades.

Ao total foram aproximadamente 175 mil cidadãos envolvidos no sistema de participação cidadã e popular desenvolvido pelo município de Canoas, com mais de 85 mil pessoas participando do orçamento participativo envolvendo 113 obras escolhidas (SANTOS, J. 2017, p. 72). Um avanço para a plataforma foi a conexão dela com as redes sociais, onde os usuários podiam opinar através da interação Voz nas Ruas com a hashtag #voznasruas através de mensagens no *Facebook* e *Twitter*. Para participar, bastava logar rapidamente com sua conta no *Facebook* ou *Twitter*, e, assim, o cidadão conseguia ter um maior incentivo para a participação dos assuntos debatidos na ferramenta (SANTOS, J. 2017).

A remodelação da Ágora Virtual para a Ágora em Rede inovou ao trazer mode-



los online e em vídeo, e não mais em forma de fórum, o que trouxe uma maior transparência e confiança para os canoenses. Entretanto, a prefeitura pausou a ferramenta em 2016 para os processos eleitorais para a prefeitura de Canoas, já que poderia configurar como um ato ilícito na disputa das eleições. Com a vitória do partido opositor, não houve continuidade da iniciativa no novo programa de governo.

Ainda que em Canoas houve descontinuidade da Ágora em Rede e outras ferramentas após a troca de gestão em 2016, algumas delas seguem presentes, como a Casa dos Conselhos. Entretanto, em 2020 houve a volta da gestão que implementou as ferramentas em Canoas, e é possível ver mudanças no âmbito da participação. Recentemente o governo lançou o opinômetro* para poder ouvir mais os cidadãos e ter contato com suas demandas.

* Mais informações em: <https://www.canoas.rs.gov.br/opinometro/>

02.1.3 Living Lots NYC

Por meio de uma série de ferramentas inovadoras e assistência técnica que instigam o engajamento cívico, a *596 Acres*, uma organização localizada em Nova York, articulou meios para que comunidades obtenham acesso e utilizem terrenos sem uso. O nome *596 Acres* foi atribuído à plataforma quando Paula Z. Segal, fundadora do projeto, obteve acesso a quantidade de lotes vagos no *Brooklyn* em 2011, ano em que a organização foi fundada. A partir desses dados, ela criou um mapa que informava às pessoas sobre os terrenos não aproveitados, o que foi o pontapé inicial para o projeto. Essa iniciativa fez com que o potencial escondido desses terrenos aguçasse a curiosidade dos moradores e que fosse necessária a defesa do acesso a terras públicas na cidade de Nova York.

Em resposta à demanda, a *596 Acres* desenvolveu um programa comunitário para proteger o acesso à terra, que ajuda os moradores a se conectarem entre si e, com informações e recursos necessários para participarem da construção do ambiente urbano. Mesmo que alguns dos dados fossem livremente acessíveis ao público por meio de repositórios online de Nova York, a organização identificou a dificuldade de pessoas que não eram especialistas em navegar nas plataformas existentes e de interpretar os dados disponíveis. Por isso, essas ferramentas de visualizações online foram implementadas pela *596 Acres* também para que os dados se tornassem legíveis para os cidadãos.

A *596 Acres* explorou a criação de ferramentas para que os moradores pudessem ter acesso às chaves dos terrenos vagos legalmente, e tivessem a habilidade de criar espaços verdes necessários e se tornarem administradores ativos e responsáveis pelo exercício no espaço urbano.



Figura 9: Integrante da organização 596 Acres preenchendo informações em um dos cartazes pendurados na cerca de um terreno vazio. Fonte: 596 Acres, 2023. Acesso em 25 de maio de 2023.

A organização, sem fins lucrativos, desempenha um papel fundamental ao oferecer orientação aos indivíduos interessados no processo de apropriação. Sua atuação inclui fornecer educação aos residentes, capacitando-os a participar ativamente dos processos de tomada de decisão que afetam seus bairros. Além disso, eles prestam apoio legal às comunidades em questões relacionadas ao uso da terra e trabalham em parceria com a comunidade para estabelecer uma governança local duradoura após o acesso à terra.

A organização também advoga pela ampliação da participação da comunidade nos recursos públicos, defendendo que os órgãos municipais permitam um maior envolvimento da comunidade. Sua luta contra a efemeridade das iniciativas demonstra que é possível construir um projeto liderado pela comunidade desde o seu início. O mapa online criado originalmente por Paula Segal dos 596 terrenos vazios do *Brooklyn* evoluiu para uma ferramenta mais sofisticada de organização interativa e coletiva chamada *Living Lots NYC*. Todo esse processo foi fortalecido com campanhas locais e divulgação física e digital.

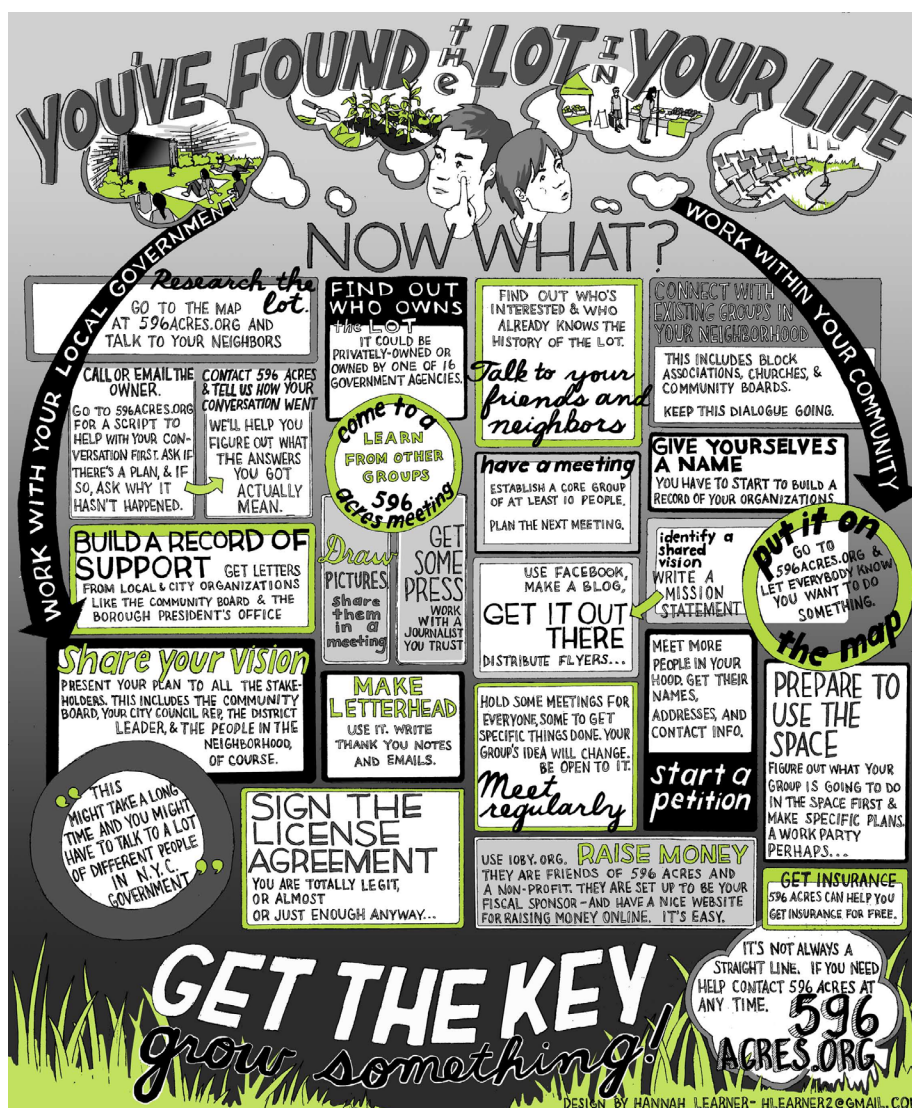


Figura 10: Um dos cartazes disponibilizados pela equipe da 596 Acres. Fonte: 596 Acres, 2023. Acesso em 27 de maio de 2023.



Construído pela equipe *596 Acres*, o *Living Lots NYC* é, segundo seu próprio site, uma plataforma que adota uma prática multifásica para criar dados precisos sobre terrenos ociosos que são propriedade da cidade. A análise da ferramenta foi feita a partir dos dados disponibilizados na web e em trocas de e-mails com a fundadora da organização *596 Acres*, Paula Z. Segal.

No próprio site os organizadores disponibilizam a história da sua construção e os atores sociais envolvidos. A *Living Lots NYC* foi projetada pela *Cleis Design**. O desenvolvimento foi possibilitado pela *Sunlight Foundation***, com o suporte jurídico pela *Berkman Center for Internet & Society CyberLaw Clinic****.

A construção da plataforma se deu pela equipe da *596 Acres*, baseando-se nas melhores práticas identificadas no projeto piloto que a equipe manteve em funcionamento de 2011 a 2015. Nessa época, as informações compartilhadas nesse mapa interativo possibilitaram a transformação de 32 terrenos ociosos. A plataforma *Living Lots NYC* foi construída com base nas seguintes fases:

Na **primeira fase**, foi feito o download e a manipulação dos dados disponíveis no portal *NYC OpenData*, um portal dedicado para que os novaiorquinos obtenham as informações que são produzidas e utilizadas pelo governo. Um banco de dados de hortas comunitárias, criado durante a pesquisa de hortas comunitárias da *GrowNYC*****, em 2010, também foi usado como guia para saber quais lotes de propriedade da cidade estão sendo usados como hortas comunitárias.

A **segunda fase** é caracterizada como *virtual groundtruthing*, traduzida para “verdade fundamental”, que contou com um especialista em propriedades, contratado para analisar cada lote individualmente utilizando a plataforma *OASIS*, um recurso abrangente e gratuito de mapas de propriedades em Nova York que oferece acesso a uma ampla gama de informações sobre edifícios, zoneamento, bairros, impostos e outros dados para qualquer endereço na cidade. Além disso, o serviço inclui links diretos para os sites dos departamentos municipais, onde é possível encontrar documentos oficiais relacionados, imagens de satélite e *Google Streetview*. Esse profissional analisou quais lotes estavam em uso, inacessíveis pela rua ou que eram considerados muito pequenos para aparecerem no mapa ou difíceis de acessar, chamados de *gut-*

* Uma empresa comandada por uma mulher especializada em desenvolvimento de marcas, campanhas online e impressas.

** Organização nacional, apartidária e sem fins lucrativos que defende o governo aberto.

*** Centro de direito cibernético da escola de direito de Harvard, que fornece serviços jurídicos gratuitos para clientes sobre questões relacionadas à internet, tecnologia e propriedade intelectual.

**** A *GrowNYC* é uma organização sem fins lucrativos sediada em Nova York que se dedica a promover a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida na cidade. Eles incentivam a agricultura local e retribuem a comunidade com alimentos naturais. Mais informações disponíveis em: <https://www.grownyc.org/about>

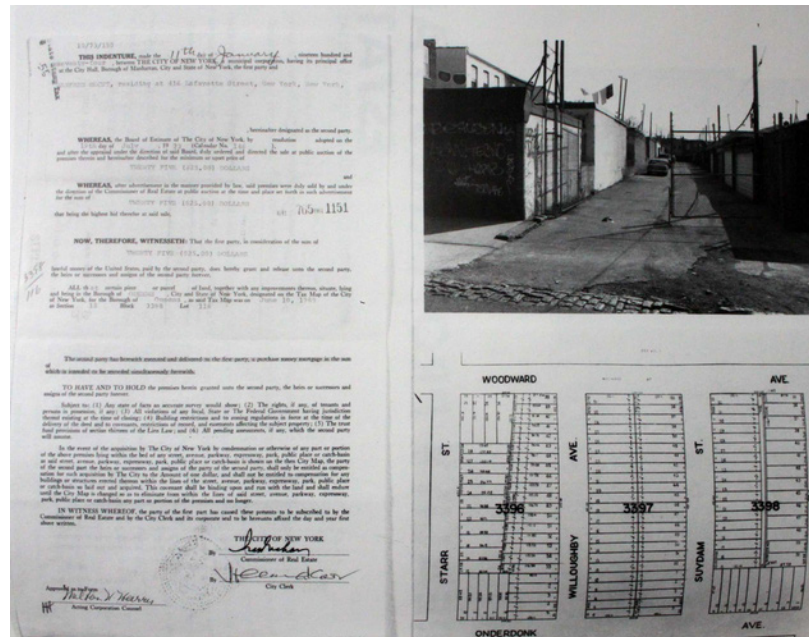


Figura 11: Exemplo de *gutterspaces*. Fonte: 596 Acres, 2023. Acesso em 27 de maio de 2023.

terspaces. Segundo o site da 596 Acres, até 2012 a cidade de Nova York possuía 257 *gutterspaces* e no próprio site eles disponibilizam um e-mail para contato para que os cidadãos possam dar ideias para esses lugares.

Na **terceira fase**, um membro da equipe verificava manualmente registros de transação em áreas onde as terras da propriedade da cidade tinham sido claramente transferidas, removendo os lotes que sofreram essas transferências de escrituras recentes.

Por fim, o banco de dados foi publicado e assim o mapa começou a ganhar vida e se moldar apropriadamente quando os vizinhos dos lotes começaram a escrever identificando etiquetas erradas ou ausentes. Esses vizinhos também preenchiam a história de um lote, o que costumava acontecer nesses locais, quais eram os planos para esses lugares, adicionando notas. A equipe da 596 Acres costumava visitar esses bairros com concentração de vazios urbanos e pendurar placas para iniciar conversas com pessoas que moram nas vizinhanças e atualizar o banco de dados, removendo os lotes que possuem construções e adicionando outros que não entraram nas três primeiras fases do processo de construção da plataforma.

Com base nos interesses das pessoas, o mapa facilita uma comunicação entre a comunidade e instiga o envolvimento delas para iniciar um projeto nesses vazios urbanos. A interface da ferramenta exibe abas nas quais a equipe apresenta a plataforma, recursos, contato, perguntas frequentes e uma aba para doações. É possível visualizar um mapa de Nova York com indicadores dos terrenos vagos públicos, os terrenos vagos privados com potencial de aproveitamento, terrenos onde as pessoas

já têm o acesso e terrenos em que já existem pessoas organizando futuras transformações em determinados lotes.



Figura 12: Interface da plataforma Living Lots NYC. Acesso em 30 de maio de 2023.

A ferramenta ainda disponibiliza um filtro que possibilita selecionar o tipo de terreno, se é público ou privado, e os seus indicadores. É possível escolher o tipo de terreno procurado, de acordo com a legenda disponível, inclusive ter acesso ao mapeamento dos *gutterspaces*, selecionando de acordo com as organizações às quais esses terrenos pertencem, aos bairros, distritos do conselho da cidade e distritos comunitários.

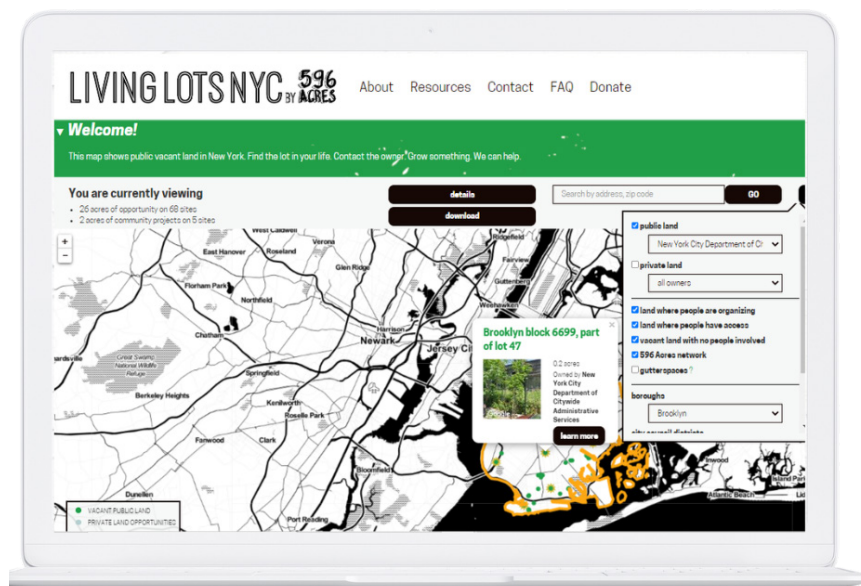


Figura 13: Interface da plataforma Living Lots NYC com um lote selecionado. Acesso em 30 de maio de 2023.

Ao selecionar um desses indicadores, visualiza-se recortes específicos do mapa com acesso às informações de determinados terrenos ociosos localizados nes-



sa região. Nesse espaço da plataforma é possível obter informações sobre o lote, como endereço e área, a qual agência do governo ou pessoa está atrelada, os contatos dessas pessoas, os caminhos que as pessoas interessadas precisam seguir para poderem usar esse pedaço de terra legalmente e os comentários dos organizadores responsáveis.

A página do lote selecionado identifica também outros vazios urbanos que ficam próximos, e disponibiliza um espaço para que seja informado aos organizadores da plataforma se eles cometeram algum equívoco ao registrar um terreno como vazio, comunicando se, por exemplo, já existe algum projeto existente em um lote. Caso haja, no formulário que a *Living Lots NYC* fornece para que seja feito esse contato, existe a opção de incluir esse projeto existente também no mapa online.

Segundo Paula Segal, atualmente apenas administradores podem adicionar os lotes na plataforma. Porém, existe uma aba para contato em que os usuários podem contatar a equipe responsável pela administração da plataforma e informar sobre algum lote que pode ser adicionado ao banco de dados.

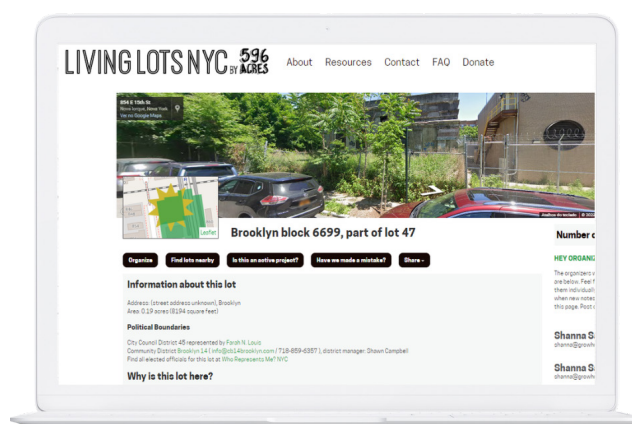


Figura 14: Espaço reservado para divulgar informações sobre determinado lote na plataforma Living Lots NYC. Acesso em 30 de maio de 2023

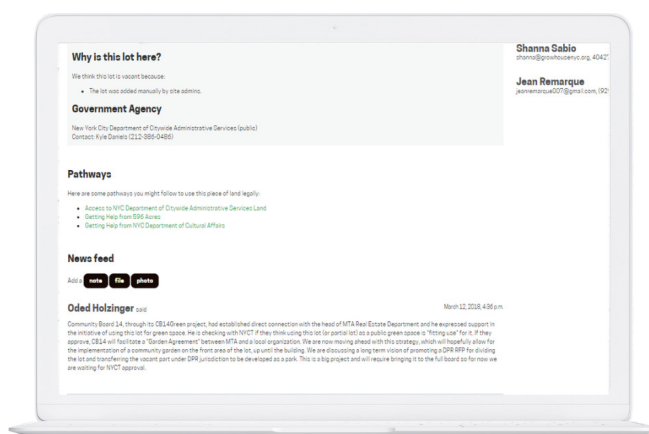


Figura 15: Espaço reservado para divulgar informações sobre determinado lote na plataforma Living Lots NYC. Acesso em 30 de maio de 2023

Dentro da página de um terreno, o cidadão que estiver interessado em administrar um projeto nele pode selecionar uma opção para se tornar um organizador desse lote. Esses organizadores podem ser públicos ou privados, e ficarão atualizados de todo conteúdo adicionado na página do terreno, como notas, fotos e arquivos, que podem ser inseridos pelos usuários.

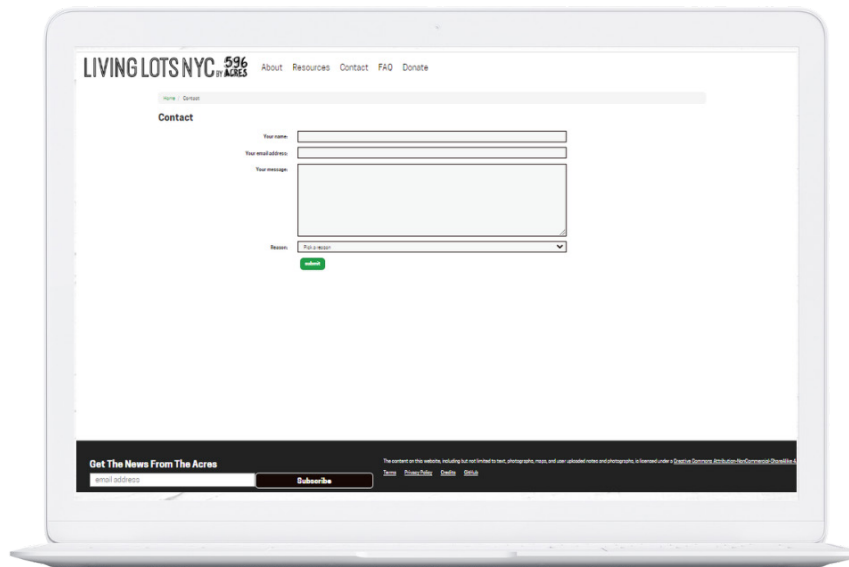


Figura 16: Espaço para entrar em contato na plataforma Living Lots NYC. Acesso em 30 de maio de 2023

Desde 1949, Nova York adotou mais de 150 planos com intuito de darem à cidade o poder de construir nesses lotes vazios e impulsionar o desenvolvimento urbano. Muitos dos lotes que fazem parte desses planos, mesmo os de décadas atrás, ainda estão vagos hoje. Alguns deles foram planejados para serem espaços verdes e parques. Por iniciativa dos membros do *596 Acres* em parceria com outras organizações, foram criadas outras ferramentas, como o site *Urban Reviewer*.

O *Urban Reviewer* cataloga mais de 150 planos de renovação urbana adotados pela cidade de Nova York para buscar financiamento federal para a aquisição de terras, realocar residentes, demolir edifícios e abrir novos empreendimentos públicos e privados. Esses planos foram utilizados para criar um banco de dados para compreender a história do planejamento da área de renovação urbana e a distribuição desigual de terrenos nos bairros da cidade, depois de notarem que os dados disponíveis eram extremamente escassos.

Destaca-se também o *NYCommons*, uma ferramenta criada em parceria entre *Common Cause*, *Community Development Project (CDP)* e *596 Acres*, com o objetivo de gestão de espaços públicos em Nova York. A plataforma funciona de forma semelhante à *Living Lots NYC*, oferecendo ao cidadão ferramentas interativas para contribuir com ideias e sugestões para melhorar esses espaços públicos, de forma que promova uma cidade mais justa e acessível. Um destaque também para a orga-



nização *NYC Real Estate Investment Cooperative**, que já atuou com a *596 Acres*, e ajuda os moradores da cidade a se unirem e investirem em imóveis juntos, para que não precisem depender de investidores externos ou grandes corporações imobiliárias. A ideia é que, com recurso e conhecimento, os moradores de uma comunidade possam, em conjunto, tornarem-se donos de imóveis e controlar o seu destino de uma forma mais democrática.



Figura 17: Integrantes da 596 Acres inaugurando uma horta comunitária com a comunidade local. Fonte: Acervo 596 Acres.

Além das ferramentas digitais (online), cabe aqui o destaque para as ferramentas de divulgação físicas (offline) que a equipe da *596 Acres* utilizou para a divulgação dos lotes e chamar a atenção das comunidades que cercam esses terrenos vazios. Ao colocar cartazes** nas cercas dos terrenos, eles tinham como objetivo aumentar a conscientização dos habitantes locais. Os pôsteres de “chamada à ação” continham textos como “Esta terra é sua!” e informações básicas sobre a agência municipal proprietária, incluindo seu contato. Esses cartazes continham também números, figuras e mapas que instigavam a curiosidade dos moradores, fazendo com que eles entras-

* Cooperativa de Investimento Imobiliário de Nova York.

** Mais informações: <https://596acres.org/print-archive/>



sem em contato com a organização. Esses meios de divulgação levaram os moradores a agir e obter acesso aos lotes. Os arquivos dos cartazes são disponibilizados no site da 596 Acres para que qualquer pessoa possa acessar.



Figura 18: Comunidade fazendo uso de antigos vazios urbanos. Fonte: Acervo 596 Acres.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos dos casos *Decidim*, *Ágora em Rede* e *Living Lots NYC*, resume-se no quadro síntese as principais características dessas iniciativas e, em seguida, uma discussão sobre os resultados.

QUADRO SÍNTESE			
Parâmetros	<i>Decidim</i> , Barcelona	<i>Ágora em Rede</i> , Canoas	<i>Living Lots NYC</i> , Nova York
Ano de implementação	2016 - hoje	2009-2013 (<i>Ágora Virtual</i>) 2013-2016 (<i>Ágora em Rede</i>)	2011 - hoje
Tipo de Iniciativa	<i>top-down</i>	<i>top-down</i>	<i>bottom-up</i>
Abrangência	Municipal	Municipal	Municipal
Objetivos principais	Proposição, discussão, deliberação e monitoramento	Proposição, discussão e deliberação	Proposição, discussão, deliberação e monitoramento
Confiança e Segurança	Informações completas, precisas e confiáveis; dados pessoais são protegidos	Informações completas e confiáveis	Informações completas e confiáveis
Usabilidade	Fácil navegação (os principais canais disponíveis estão dispostos em abas em uma barra principal)	Após remodelação, interface mais intuitiva e de fácil navegação	Fácil navegação (os principais canais disponíveis estão dispostos em abas em uma barra principal)
Design	A identidade visual é bem definida, e é utilizada com consistência em todas as áreas da plataforma. Sendo atualizada conforme discussões no <i>Metadecidim</i>	Após remodelação, modernização da identidade visual e dos meios de acesso	Sólida e reconhecível, transmite a mensagem desejada de forma clara e coerente e é usada em todas as áreas da plataforma



Abordagem pedagógica	Conteúdos acessíveis (ensina os cidadãos a utilizarem a plataforma e descreve os conceitos); Informações objetivas	Conteúdos acessíveis, mostrava o que estava em alta na semana e interligados a redes sociais	Conteúdos acessíveis (ensina os cidadãos a utilizarem a plataforma e descreve os conceitos); Informações objetivas
Estratégia de comunicação	Modelo que se assemelha a uma rede social para engajamento da participação; Cartazes e peças publicitárias em locais públicos	Integrar a plataforma com redes sociais e abordar assuntos de interesse dos cidadãos semanalmente	Abordagem proativa e participativa, com divulgação ativa de informações sobre os vazios urbanos disponíveis da cidade; Chamada para ação através de cartazes informativos nesses lugares
Atores envolvidos	Cidadãos aptos a votar; Membros do executivo; Representantes do legislativo	Cidadãos; Membros do executivo; Representantes do legislativo; Atores externos de outros estados e países	Cidadãos; Atores externos; Voluntários; Organizações
Estágios nos quais os atores participam	População: opinião, proposição, votação; Agente público: opinião, proposição, votação, avaliação (viabilidade), execução	População: opinião, proposição, votação; Agente público: opinião, proposição, votação, avaliação (viabilidade), execução;	População: mapeamento e conferência de terrenos vazios disponíveis, opinião, votação e execução. 596 Acres: cadastramento dos terrenos, avaliação, proposição, votação e execução



Engajamento	Divisão por bairros e temas; Possibilidade de maior participação em demandas municipais	Possibilidade de maior participação em demandas municipais	Plataforma interativa; Eventos e oficinas; Divulgação de histórias; Parcerias e colaborações
Captação de dados	Usuários e gestores agregam à plataforma; Uso de tecnologias descentralizadas, captando dados produzidos por pessoas, sensores e dispositivos	Catálogo de demandas semelhante a uma caixa de e-mail	Usuários e gestores agregam à plataforma; Uso de tecnologias descentralizadas, captando dados produzidos por pessoas e outras plataformas desenvolvidas pela 596 Acres
Disponibilização de dados	Dados brutos disponíveis para acesso e <i>download</i> através da plataforma	Dados não documentados pela prefeitura, falta de controle e monitoramento	Dados brutos disponíveis para acesso e <i>download</i> , plataforma detém muitos comentários pertinentes sobre determinados terrenos
Acompanhamento dos processos	Dentro dos processos participativos, pode-se acompanhar atualizações nas fases e na utilização de recursos	Acompanhamento das etapas de processos pelo site	Acompanhamento das etapas de processos pelo site. É possível receber e-mails sobre o terreno de interesse.
Gestão e manutenção	Gestão colaborativa (plataforma de código aberto, em constante evolução gerenciado pelo meta.decidim) com o suporte da Prefeitura de Barcelona	Até 2015, manutenção gerenciada pela empresa ganhadora da licitação, após isso a prefeitura seguiu gerenciando com a ajuda da Canoas-Tec	Gestão colaborativa (plataforma de código aberto em constante evolução). Entretanto, após o encerramento das atividades da 596 Acres, Paula Segal foi a maior responsável



Recursos	Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Recurso público	Concessão de subsídios por fundações, eventos e atividades, parcerias e colaborações, pequenos doadores individuais
Relevância e legitimidade	Processos finalizados com resultados importantes	Processo finalizado com resultados importantes	Processos finalizados com resultados importantes

Fonte: Elaboração própria.

Como forma de mostrar a inovação em canais de e-participação, com alta adesão e que aproximam a sociedade e o Estado, as experiências do *Decidim* e da *Ágora em Rede* são trazidas neste trabalho para comparar, não diretamente, mas de forma que sejam mapeadas suas principais características e resultados. Essas duas iniciativas configuram-se como iniciativas *top-down* (de cima para baixo) e são resultados de ações governamentais alinhadas aos interesses e necessidades dos cidadãos, ou seja, com características do modelo *bottom-up* (de baixo para cima).

Além de expressar essas características inovadoras, a análise desses dois casos podem ser de grande ganho quando relacionadas à análise da plataforma *Living Lots NYC*, que se configura como modelo *bottom-up*. Nas três plataformas observa-se a fácil navegabilidade e a intuitividade nas interfaces utilizadas, e trazem o cidadão para o centro das discussões e das deliberações. Apesar do caso de Canoas não ter sido uma plataforma de código livre, a gestão tinha a percepção de melhorar o que vinha dando certo e tinha uma equipe, a remodelação da *Ágora Virtual* para a *Ágora em Rede* é um exemplo disso.

Os casos de Barcelona e Nova York apresentam o código disponível para quem se interessar em ajudar no aperfeiçoamento das plataformas, entretanto, ao contrário das duas primeiras iniciativas, o *Living Lots NYC* dependia muito dos funcionários e voluntários para o aperfeiçoamento e manutenção da plataforma. Desde 2018, com o encerramento das atividades da *596 Acres* por falta de pessoas, todas as despesas e manutenção ficaram sob responsabilidade apenas de Paula Segal*.

Ressalta-se a objetividade ao disponibilizar as informações nas plataformas online e as formas de divulgação *offline* dessas plataformas, que oferecem uma maneira tangível de compartilhar informações com a comunidade. As iniciativas mostram como essas ações despertam a atenção e conscientização das pessoas, trazendo o engajamento ativo. Os cartazes, pôsteres e folders também são peças fundamentais para que sirvam como um convite visual com o intuito de despertar interesse dos ci-

* Informações coletadas em troca de e-mails com Paula Segal em maio de 2023.



dados em se envolver ativamente na tomada de decisões relacionadas às cidades.

As três iniciativas oferecem aos cidadãos a proximidade dos responsáveis que operacionalizam os sistemas, e a existência de espaços *offline* como reuniões, assembleias e audiências são importantes para que não sejam classificadas como ferramentas de exclusão. Essas questões são de grande importância no que diz respeito ao engajamento, principalmente quando em ambos os meios, *online* e *offline*, é possível o acompanhamento dos processos.

Na questão de transparência e abertura, o *Decidim* e o *Living Lots NYC* estão à frente da iniciativa de Canoas, pois as duas primeiras disponibilizam os dados e levantamentos dos projetos, enquanto que, em Canoas, as iniciativas realizadas pela Ágora em Rede eram catalogadas, mas não havia um sistema para quantificar os dados e indicar o progresso, o que resultou na falta de monitoramento das contribuições e na impossibilidade de saber se as propostas dos cidadãos foram implementadas.

Além do impacto que é possível ao transformar um vazio urbano em espaço verde dentro da paisagem urbana, a *596 acres* transforma o que eles chamam de "paisagem política e paisagem da informação". Com essas iniciativas, eles incentivam o engajamento dos vizinhos desses terrenos a terem um papel ativo na construção da cidade, criando novos espaços em seus próprios bairros e prosseguindo com um engajamento local.

Para cumprir o objetivo desse trabalho, foram traçadas instruções para a implementação de uma plataforma de mapeamento de vazios urbanos, com a ideia de que seja monitorada pela universidade pública, cumprindo sua função social, em alinhamento com laboratórios que se alinhem aos objetivos da plataforma, para unir o ensino, a pesquisa e a educação em conjunto com o alcance que essa instituição pode ter ao ampliar o raio de atuação da comunidade. (MALLMANN, 2023).

A participação popular e o compartilhamento de dados é baseada na análise das três plataformas, com grande enfoque no tema principal deste trabalho, que é fazer com que a comunidade consiga aproveitar os vazios urbanos de suas comunidades. Por isso, as diretrizes para estrutura de funcionamento são baseadas nos objetivos elencados na análise do *Living Lots NYC*, de forma aberta, linguagem acessível e iniciativas inovadoras que acontecem com apoio do Estado, como acontece no *Decidim* e na Ágora em Rede.

A comunidade do *Living Lots NYC*, através do *Github*^{*}, disponibiliza meios para que outros lugares implementem esse tipo de ferramenta. Para isso, eles estipulam um prazo de cerca de seis meses para que o site funcione da maneira desejada. Em

* O GitHub é uma plataforma de hospedagem de códigos (também utilizada pelo Decidim Barcelona) que ajuda os desenvolvedores a trabalharem juntos, compartilharem seu código e controlarem as diferentes versões de um projeto de software. Para mais informações acessar: <https://github.com/596acres/livinglots-la>



resumo, existem quatro fatores principais para a construção desse sistema:

- 1. Dados:** É possível começar uma plataforma em cima de um mapa vazio e preencher posteriormente, porém, a equipe que desenvolveu o sistema aconselha a iniciar a plataforma com pelo menos alguns terrenos ociosos inseridos na ferramenta para atrair o interesse das pessoas. Idealmente, é necessário ter as parcelas que serão inseridas nesse mapa, maneiras de dizer quais são vagos e informar quem são os responsáveis legais por esses terrenos. A própria equipe aconselha o uso do QGIS para esse mapeamento e reunir as informações pertinentes. Aconselha-se, no decorrer dessa coleta de dados, mapear os projetos atuais voltados para a comunidade dentro desses espaços, para evitar marcar como vagos locais onde já existem iniciativas acontecendo.
- 2. Uma compreensão de como obter acesso à terra na cidade em que se for aplicar a plataforma:** São táticas que são chamadas de caminhos. Ter a compreensão de como obter acesso a essas terras legitimamente, procurando meios para encontrar as informações. É transformar esses caminhos em conteúdos que podem ser usados no próprio site e serem legíveis para os usuários.
- 3. Pessoas:** Para que um site como o *Living Lots NYC* entre em funcionamento, é necessário alguém que tenha conhecimento na linguagem em que a plataforma está escrita, a *Python*, e o módulo do qual essa ferramenta depende, o *Django*. Ter pessoas com esse tipo de conhecimento seria o suficiente para fazer o site funcionar. Entretanto, é indicado que pessoas que dominem mapeamento de dados na cidade sejam recrutadas para a criação dessa plataforma. Um designer gráfico/web é indicado quando os organizadores do *Living Lots* pensam como que o site quer ser visto e como as pessoas irão interagir com essa plataforma. Esse profissional consegue traçar meios para melhorar a usabilidade através de uma aparência atraente e de fácil compreensão, aumentando o engajamento do usuário. É importante ter organizadores e uma rede de apoio para lidarem com as dúvidas da população e com pedidos de assistência, além de manter a plataforma sempre atualizada. É fundamental pensar no lado técnico de uma plataforma, com foco na infraestrutura e no desenvolvimento tecnológico, fundamentais para a estabilidade do site e para a navegabilidade do usuário.
- 4. Serviços pagos:** Dois serviços pagos serão necessários: um nome de domínio e um espaço em um servidor. Existem várias opções de servidores, e os organizadores do *Living Lots NYC* listam alguns dos que eles acham mais apropriados e vários outros requisitos técnicos para novos lugares implementarem o seu próprio *Living Lots*.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese: os vazios urbanos (ou alguns deles) podem constituir a base fundiária e de localização de projetos urbanos estratégicos úteis para a regeneração de cidades (PORTAS, 2000, p. 3). A importância da primeira parte deste trabalho é costurar o que diz respeito à compreensão dos vazios urbanos, suas especificidades e as influências positivas que as Tecnologias da Informação e da Comunicação podem trazer atreladas a processos participativos.

Ao se analisar a permanência dos vazios urbanos, o que se percebe é a produção e reprodução de uma cidade que não é inclusiva. Os vazios se impõem ao olhar e à reflexão (BORDE, 2004, p. 2). Se para a especulação imobiliária esses terrenos vazios exercem funções lucrativas, para a cidade e aqueles que convivem nela, tratam-se de lugares que têm suas funções desvalorizadas (BORDE, 2004). É relevante pensar nesses lugares como potenciais contribuintes para a diversidade do ambiente urbano ao estabelecerem relações com o contexto em que estão inseridos.

Os universos conceituais e as características inerentes a estes espaços, trazidas nesta primeira parte, convergem para um plano em comum que, segundo Sousa (2010) é a oportunidade para potencializar e modificar a cidade. Enxergar a oportunidade de mudança sobre os vazios urbanos implica em fugir da sensação de desconexão do indivíduo com a sua cidade e adotar um entusiasmo para a vitalidade dela, promovendo interações sociais, firmando-se em locais de encontro e estimulando troca entre grupos e comunidades distintas.

No que diz respeito ao conceito de vazios urbanos explorados neste trabalho, chama-se a atenção para o papel do Estado para o controle desses vazios e para a prevenção da formação de novos espaços como esses. Uma das alternativas que se faz necessária é uma maior atenção aos instrumentos da política urbana existentes no Estatuto da Cidade para enfrentar os desafios que envolvem os vazios urbanos, uma fuga da sombra projetada sobre esses lugares pela lógica do mercado imobiliário.

Além disso, é importante ressaltar o potencial das tecnologias digitais e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como impulsionadoras na obtenção e análise de informações relevantes para o cotidiano das pessoas. No entanto, é fundamental enfatizar a importância da democratização da internet no Brasil, para que aqueles com menos recursos tenham também mais oportunidades de acesso e, conseqüentemente, maior poder de participação e informação. O exemplo da oficina universitária de Benedito Medeiros Neto (2017) ilustra como iniciativas acadêmicas desse tipo podem impulsionar o projeto de aprendizagem digital em um ambiente colaborativo.

Levando em consideração a importância dos vazios urbanos e do engajamento



do cidadão nos ciberespaços para a consolidação de uma sociedade mais democrática e justa, a análise dos dois casos de tecnopolíticas governamentais trazidas, o caso de Barcelona, o *Decidim*, e o de Canoas, com foco na *Ágora em Rede*, é de extrema relevância. Essas iniciativas mostram os avanços na democratização da gestão municipal e contribuem positivamente para a sua população através do uso das TICs, e se observa plataformas com interfaces que foram projetadas e desenvolvidas para proporcionar uma navegação intuitiva e sem complicações para os usuários.

A partir disso, foi realizada uma tabela síntese com as principais características dessas iniciativas e uma análise qualitativa. Isso permitiu propor instruções para uma plataforma de mapeamento de vazios urbanos. A motivação para o desenvolvimento deste estudo surge do entrelaçamento entre as características das iniciativas inovadoras provenientes de gestões governamentais e da plataforma *Living Lots NYC*.

A pesquisa demonstra a importância do engajamento da população para o sucesso de iniciativas como essas plataformas. Embora a plataforma *Living Lots NYC* tenha obtido êxito em termos de longevidade e participação, a organização *596 Acres* encerrou suas atividades em 2018. Desde então, Paula Segal monitora as ações no site e arca com seus custos*.

Isso leva a refletir sobre a importância do apoio do governo e como essas intervenções dependem também de recursos públicos. Os casos de Barcelona e Canoas mostram que iniciativas *top-down* (de cima para baixo), com fortes características *bottom-up* (de baixo para cima), obtêm continuidade quando gestão pública oferece apoio e inclui a cultura de participação.

* Em uma conversa por e-mail, Paula revelou que a plataforma *Living Lots NYC* será descontinuada em breve, mas os dados estarão acessíveis a todos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

596 acres. Disponível em: <<https://596acres.org/>>. Acesso em: 8 julho de 2023.

AGUIAR, Ana Claudia Allet et al. **Natureza Jurídica da Ilha de Santa Catarina**, 1993.

Ajuntament de Barcelona. Disponível em: <<https://www.barcelona.cat/ca/>>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ALVES, Luciana Sobis. **Vazios urbanos públicos com potencial de reinserção socioespacial em Erechim-RS**, 2021.

ARTUS, J. **Living lots NYC.** Disponível em: <<https://www.urbanhealthcouncil.com/inspiration-nature/living-lots-nyc>>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas.** Rio de Janeiro: PROURB, 2006.

BORDE, Andréa. **Vazios urbanos: avaliação histórica e perspectivas contemporâneas.** Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2004.

BRANCO, M. **Nossa vida no Ciberespaço e a Crise da Democracia Representativa.** Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/nossa-vida-no-ciberespaco-e-a-crise-da-democracia-representativa/>>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

BRASIL, M. **Nova York transforma terrenos baldios em hortas.** Disponível em: <<https://www.marciobrasil.net.br/educacao/nova-york-transforma-terrenos-baldios-em-hortas.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

CABANNES, Yves. **Contribuições dos Orçamentos Participativos para a provisão e gestão de serviços básicos: Experiências locais e lições aprendidas.** Disponível em: <<http://pubs.iied.org/10713IIED>>, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**, 1989.

CUNHA, Jéssica Delfino. **Participação na Escala do bairro: O Papel dos**



Agentes Articuladores, 2022.

DALLARI, Pedro B. de Abreu. **Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros**. Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

DE CARVALHO, T. **Participação popular no Senado: aprenda a usar o Portal e-Cidadania**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/participacao-popular-no-senado-aprenda-a-usar-o-portal-e-cidadania/>>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

DE FREITAS, Christiana Soares et al. **Desigualdades (online) como obstáculo à democracia digital: o caso do portal e-Cidadania**. Liinc em Revista, v. 18, n. 2, p. e6031-e6031, 2022.

DE OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Effects of Land Law in Sociospatial Relations in Amazon**, 2017.

DE PADUA, Rafael Faleiros. **Espaços de desindustrialização e a reprodução da metrópole**.

Decide Madrid. Disponível em: <<https://decide.madrid.es/>>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

Decidim.barcelona. Disponível em: <<https://www.decidim.barcelona/>>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

Decidim: Participatory budgeting in Barcelona – participedia. Disponível em: <<https://participedia.net/case/7425>>. Acesso em: 8 de maio de 2023.

DO AMARAL, DARLIANE SILVA. PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE. **Educação no século XXI: conceitos práticos e teóricos**, p. 42.

Declaração do Milênio. Organização das Nações Unidas, 2000.

DOMINGOS, Heloisa Cargnin et al. **O Orçamento Participativo do Município de Canoas, Rio Grande do Sul: Um estudo de caso**, 2017.

FEDERAL, Senado. **Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos**



municípios e cidadãos. Brasília, 2001.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOLCHEHR, Saba. **Data for design: Adopting data-driven approaches for long term citizen participation and social sustainability in design for the public realm.** Royal College of Art (United Kingdom), 2019.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política.** *Revista Fronteiras—estudos midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco civil da internet comentado.** Grupo Gen-Atlas, 2017.

JUNIOR, R. F.; SANTOS, M. J. **A Urbanização das Cidades**, 2014.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus, v. 13, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?.** Editora 34, 2011.

Living Lots NYC. Disponível em: <<https://livinglotsnyc.org/>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

MALLMANN, Gabriela Pinho. **Cidade e Tecnologia: Plataformas Colaborativas para Fins de Transparência e Participação em Questões Urbanas**, 2022.

Maricato, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, Enlison HC; INNOCENTINI, Thais; BENELLI, Yuri. **Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições**, 2012.

NETO, Benedito Medeiros. **Dos marcos do final da era industrial até as literacias digitais no Brasil-vistas a partir de um ambiente de ensino colaborativo nas periferias dos grandes centros.** *TICs & EaD em Foco*, v. 3, 2017.



O abismo digital no Brasil. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/O_Abismo_Digital.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

Participation and democracy in the digital age in cities - cities in motion. Disponível em: <<https://blog.iese.edu/cities-challenges-and-management/2018/01/10/participation-and-democracy-in-the-digital-age-in-cities/>>. Acesso em: 06 de maio de 2023

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SOUZA, Paulo Roberto Elias de. E-PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO “COMUM”: **Análise das plataformas “Decide Madrid” e “Decidim Barcelona”**. In: VIII COMPOLÍTICA, 8., 2019, Brasília: VIII Compolítica, 2019. p. 1-25

POPPI, R. **Democracia direta, a lição de Barcelona contada pela Secretária de Inovação Digital, Francesca Bria.** Disponível em: <<https://medium.com/cidades-democr%C3%A1ticas/democracia-direta-a-li%C3%A7%C3%A3o-de-barcelona-contada-pela-secret%C3%A1ria-de-inova%C3%A7%C3%A3o-digital-francesca-bria-3715a6c1ab18>>. Acesso em: 8 de maio de 2023.

PORTAS, Nuno. **Vazios urbanos e o Planejamento das Cidades**, 2000.

Ranking connected smart cities. Disponível em: <<https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

SALES, Helena Mota. **Gestão Democrática e Participativa. Departamento de Ciências da Administração**, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

SANTOS, Jorge Ubirajara da Luz dos. **“Ágora em Rede” - Análise da Experiência de Democracia Digital e a Participação Cidadã no Município de Canoas - RS.** Programa de pós-graduação em Políticas Públicas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 118, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**, 1996

SILVA, Eugênio Ribeiro. **Vazios urbanos nas áreas centrais: os casos do**



Porto-PT e de Natal-BR, 2017.

SILVA, Iasmin Fernanda Kormann da. **Entre cidades e orçamento: potencializando a participação cidadã nas esferas de debate e deliberação a partir das novas tecnologias de informação e comunicação**, 2021.

SILVA, Paula Juliana da. **Vazios urbanos e a dinâmica imobiliária na produção do espaço em Natal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

SIMÃO, Rafael Soares. **Computação urbana: as camadas de dados urbanos em Florianópolis/SC**, 2019.

SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do cheio para o vazio. Metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos**. Lisboa, Portugal, 2010.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira** In: **FERNANDES, Edésio e ALFONSIN, Betânia (coordenadores). Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar**. Belo Horizonte, Fórum, 2014.

VIDANYA, B. **A História do Primeiro Site da Internet**. Disponível em: <<https://www.hostinger.com.br/blog/a-historia-do-primeiro-site-do-mundo/>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

YAENCONTRE. **Tres proyectos que el Ayuntamiento de Barcelona impulsa en el marco de las Smart City**. Disponível em: <<https://www.yaencontre.com/noticias/sostenibilidad/tres-proyectos-ayuntamiento-barcelona-impulsa-marco-las-smart-city>>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

